



**INSTITUTO
LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**ANÁLISIS DEL GRADO DE INSEGURIDAD ALIMENTARIA ENTRE
ESTUDIANTES: EL CASO DEL INSTITUTO LATINOAMERICANO DE
ECONOMÍA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP) EN LA UNIVERSIDAD
FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINO AMERICANA (UNILA)**

KATTY KAROLAY ORTIZ SOLIS

Foz do Iguaçu
2026



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**ANÁLISIS DEL GRADO DE INSEGURIDAD ALIMENTARIA ENTRE
ESTUDIANTES: EL CASO DEL INSTITUTO LATINOAMERICANO DE
ECONOMÍA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP) EN LA UNIVERSIDAD
FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINO AMERICANA (UNILA)**

KATTY KAROLAY ORTIZ SOLIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Patrícia Dos Santos Pinheiro
Co- orientador Prof. Dr . Jeferson Tonin

Foz do Iguaçu
2026

KATTY KAROLAY ORTIZ SOLIS

**ANÁLISIS DEL GRADO DE INSEGURIDAD ALIMENTARIA ENTRE ESTUDIANTES: EL
CASO DEL INSTITUTO LATINOAMERICANO DE ECONOMÍA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP) EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINO AMERICANA
(UNILA)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Desenvolvimento Rural e Segurança
Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Patrícia dos Santos Pinheiro
UNILA

Co-orientador: Prof. Dr. Jeferson Tonin
UNILA

Prof^a. Dr^a Silvia Aparecida Zimmermann
CPDA/UFRRJ

Prof^a. Dr^a Ana Alice Aguiar Eleutério
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Katty Karolay Ortiz Solis.

Curso: Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

	Tipo de Documento
(X) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(X) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: **Análisis del Grado de Inseguridad Alimentaria entre estudiantes: El caso del Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad e Política (ILAESP) en la Universidad Federal de Integración Latino Americana (UNILA)**

Nome do orientador(a): Patrícia dos Santos Pinheiro

Data da Defesa: 02/06/2026

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra gratuitamente e de acordo com a licença pública [Creative Commons Licença 3.0 Unported](#).

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

*Dedico este trabajo a todos los
estudiantes latinoamericanos que
dejaron sus hogares en busca de un
futuro mejor. En especial, a mis
compañeros de jornada en la UNILA,
con quienes compartí no sólo las aulas,
sino las vivencias, los desafíos de la
permanencia y los sueños de una
América Latina más justa e integrada.*

AGRADECIMIENTO

En primer lugar agradezco a Dios, por otorgarme la fortaleza y el coraje necesario para aventurarme a iniciar este camino fuera de mi hogar y de mi país, dándome la templanza para superar la distancia y alcanzar esta meta académica.

A mi familia, por ser mi apoyo incondicional a la distancia. A mi padre, Humberto Ortiz, y a mi madre, Francisca Solis, por su amor infinito y por respaldar cada uno de mis pasos. A mis hermanas, por su complicidad constante, y de manera muy profunda a mi hermana mayor, quien creyó en mí desde el primer momento y no dudó en impulsarme a perseguir este sueño lejos de casa. Todo este esfuerzo es por y para ustedes.

A la Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), mi casa de estudios, por abrirme las puertas a una educación superior de calidad, diversa e integradora. Agradezco la oportunidad única de convivir, aprender y crecer en un entorno genuinamente latinoamericano.

A mis orientadores, la Prof.^a Patricia Dos Santos Pinheiro y el Prof. Dr. Jeferson Tonin, por su valiosa guía y por haber confiado en este proyecto desde el inicio. Agradezco profundamente su paciencia y su rigor académico que resultaron fundamentales para la culminación de este proceso.

A mis amigos y compañeros de diversos cursos que me regaló la UNILA, con quienes compartí intensas jornadas de estudio, tazas de café en los momentos de mayor cansancio y vivencias inolvidables. De manera muy especial, a Janet Apaza y José Cazorla; de nuestros constantes debates y el contraste de nuestras diferentes realidades como estudiantes nació la semilla y la inspiración para esta investigación.

Asimismo, dedicó un agradecimiento infinito a mi mejor amiga, mi hermana a la distancia, Valery Rossi. Gracias por vivir conmigo cada instante de este proceso, y por ser ese refugio incondicional de escucha, paciencia y comprensión a pesar de los kilómetros.

Finalmente, a mí misma, por no haberme rendido a pesar de la distancia y la nostalgia de estar lejos de mi tierra. Me agradezco el coraje de haber dado el primer paso, la resiliencia para levantarme en los días más difíciles y la valentía de creer en mis capacidades para culminar con éxito este gran sueño universitario.

ORTIZ, Katty K. **Análise do Grau de Insegurança Alimentar entre Estudantes: O caso do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA)**. 2025. 100 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal de Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025).

RESUMO

Esta pesquisa examina o impacto do recebimento de auxílio institucional sobre os diferentes graus de insegurança alimentar entre os estudantes do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA). O objetivo geral do estudo é determinar como esses subsídios financeiros influenciam as trajetórias acadêmicas e a permanência dos estudantes. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem quantitativa e transversal. Os dados primários foram coletados em outubro de 2025 por meio de um formulário digital distribuído via e-mail institucional e grupos acadêmicos, canais que alcançaram a participação voluntária de 221 estudantes. A coleta de dados utilizou o sistema de classificação dicotômica da Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Os resultados mostram que a população estudantil com maior densidade enfrenta vulnerabilidade constante, concentrada nos estratos de insegurança leve e moderada. Essa condição gera preocupação contínua com a alimentação futura e reduz diretamente a qualidade e a quantidade das refeições diárias. Além disso, a análise revela uma aparente contradição, visto que o grupo que não recebe benefícios apresenta níveis mais elevados de segurança alimentar completa; contudo, esses dados confirmam que a instituição concentra corretamente seus recursos em perfis socioeconômicos de extrema vulnerabilidade. Por fim, a pesquisa conclui, utilizando a abordagem das capacidades de Amartya Sen (2000), que a insegurança alimentar decorre das restrições ao controle das pessoas sobre seus direitos econômicos. Nesse contexto, programas de assistência geral, como o Restaurante Universitário (RU) e a Moradia Universitária, funcionam como amortecedor para mitigar as dificuldades materiais e garantir a continuidade educativa de estudantes estrangeiros, minorias étnico-raciais e pessoas desempregadas.

Palavras-chave: Insegurança alimentar; Permanência estudantil; Subsídios institucionais; Escala FIES.

ORTIZ, Katty K. **Analysis of the Degree of Food Insecurity among Students: The case of the Latin American Institute of Economy, Society and Policy (ILAESP) of the Federal University of Latin American Integration (UNILA)**. 2025. 100 pages. Undergraduate Thesis (Rural Development and Food Security – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025).

ABSTRACT

This research examines the impact of receiving institutional financial aid in relation to the different degrees of food insecurity among the student population of the Latin American Institute of Economy, Society and Policy (ILAESP) at the Federal University of Latin American Integration (UNILA). The study establishes as its general objective to determine how these financial subsidies influence the academic trajectories and retention of the students. Methodologically, the design adopts a quantitative and cross-sectional approach. The fieldwork compiles primary data in October 2025 through a digital form distributed via institutional email and academic groups, channels that achieve the voluntary participation of 221 students. For data recording, the procedure utilizes the dichotomous classification system of the Food Insecurity Experience Scale (FIES) designed by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). The results show that the highest density of the student population faces constant vulnerability, concentrating within the mild and moderate food insecurity strata. This condition generates continuous anxiety regarding future sustenance and directly reduces the quality and quantity of daily meals. Furthermore, the analysis reveals an apparent contradiction, given that the non-beneficiary group exhibits higher levels of full food security; however, these data confirm that the institution correctly focuses its resources on socioeconomic profiles of extreme vulnerability. Finally, the investigation concludes, under the capabilities approach of Amartya Sen (2000), that food insecurity stems from restrictions on individuals' control over their economic rights. In this context, general assistance programs, such as the University Restaurant (RU) and University Accommodation, function as a buffer to mitigate material hardships and guarantee the educational continuity of international students, ethnic-racial minorities, and unemployed individuals.

Key words: Food insecurity; student Retention; university financial aid; FIES Scale.

ORTIZ, Katty K. **Análisis del Grado de Inseguridad Alimentaria entre Estudiantes: El caso del Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política (ILAESP) de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA)**. 2025. 100 páginas. Trabajo de Final de Grado (Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025).

RESUMEN

Esta investigación examina el impacto de recibir ayuda institucional en relación con los diferentes grados de inseguridad alimentaria entre la población estudiantil del Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política (ILAESP) de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA). El estudio plantea como objetivo general determinar cómo estos subsidios financieros influyen en las trayectorias académicas y la permanencia de los estudiantes. Metodológicamente, el diseño adopta un enfoque cuantitativo y transversal. El trabajo de campo compila los datos primarios en octubre de 2025 a través de un formulario digital distribuido por correo electrónico institucional y grupos académicos, canales que alcanzan la participación voluntaria de 221 estudiantes. Para el registro de datos, el procedimiento utiliza el sistema de clasificación dicotómico de la Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES) que diseñó la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). Los resultados muestran que la mayor densidad de la población estudiantil enfrenta una situación de vulnerabilidad constante, concentrándose en los estratos de inseguridad leve y moderada. Esta condición genera una preocupación continua por el sustento futuro y reduce directamente la calidad y cantidad de los alimentos diarios. Además, el análisis revela una aparente contradicción, ya que el grupo no beneficiado presenta mayores niveles de seguridad plena; sin embargo, estos datos confirman que la institución enfoca correctamente sus recursos en perfiles socioeconómicos de extrema vulnerabilidad. Finalmente, la investigación concluye, bajo el enfoque de las capacidades de Amartya Sen (2000), que la inseguridad alimentaria responde a restricciones en el control de los derechos económicos de las personas. En este contexto, los programas de asistencia estudiantil como el Restaurante Universitario (RU) y el Alojamiento Universitario, funcionan como un amortiguador para mitigar las dificultades materiales y garantizar la continuidad educativa de estudiantes extranjeros, minorías étnico-raciales y personas desempleadas.

Palabras clave: Inseguridad alimentaria; permanencia estudiantil; subsidios institucionales; Escala FIES.

LISTA DE CUADROS

Cuadro 1 – Niveles de Inseguridad Alimentaria (FAO, 2025).....	20
Cuadro 2. Panorama de la Inseguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina y el Caribe por Subregiones (2024-2025) (FAO, 2025).....	22
Cuadro 3 – Cantidad de alumnos de la UNILA en 2025.....	38
Cuadro 4 – Total de alumnos de graduación según su Identidad de Género y Raza autodeclarada del Instituto de la UNILA en 2025.....	39
Cuadro 5 – Modalidades de ayuda alimentaria otorgadas por la PRAE (UNILA,2025).....	41
Cuadro 6 – Cantidad de alumnos por curso del Instituto de ILAESP en 2025.2.....	44
Cuadro 7 – Criterios de clasificación y rangos de puntuación para la Escala FIES.....	49
Cuadro 8 – Organización de los datos obtenidos por tomos analíticos de dimensiones sociodemográfica, institucional y vivencial de ILAESP, 2025.....	51

LISTA DE TABLAS

Tabla 1 – Prevalencia y Distribución de la escala FIES en la población estudiantil, 2025.....	52
Tabla 2 – Distribución de los niveles de seguridad e inseguridad alimentaria según la identidad de género, 2025	54
Tabla 3 – Distribución de los grupos Etnico-Racial en estudiantes de ILAESP, según su nivel de Escala FIES, 2025.....	57
Tabla 4 – Distribución de los niveles de Escala FIES según su procedencia nacional o internacional de los estudiantes del ILAESP, 2025.....	60
Tabla 5 – Distribución detallada de la escala FIES según el país de procedencia en la comunidad del ILAESP, 2025	61

Tabla 6 – Distribución de los niveles FIES en base a la recepción de subsidios en la comunidad ILAESP, 2025.....	63
Tabla 7 – Percepción del riesgo alimentar según la cantidad de beneficios acumulados por los estudiantes del ILAESP, 2025.....	65
Tabla 8 – Distribución de la muestra estudiantil según identidad de género autodeclarado y la recepción de subsidios institucionales, 2025.....	67
Tabla 9 – Percepción del riesgo alimentar según el nivel de satisfacción respecto al uso del Restaurante Universitario por los estudiantes del ILAESP, 2025.....	68
Tabla 10 – Percepción del riesgo alimentar según el lugar de moradia de los estudiantes de la UNILA, 2025.....	71
Tabla 11 – Percepción del riesgo alimentar según la condición laboral de los estudiantes de la UNILA, 2025.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribución de la escala FIES en la población estudiantil, 2025.....	52
Gráfico 2. Distribución de los niveles de seguridad e inseguridad alimentaria según la identidad de género, 2025.....	55
Gráfico 3. Distribución detallada de la escala FIES según el país de procedencia en la comunidad del ILAESP, 2025.....	63
Gráfico 4. Distribución de los niveles FIES en base a la recepción de subsidios en la comunidad ILAESP, 2025.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS Y SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (UNILA)
ILACVN	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (UNILA)
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedad e Política (UNILA)
ILATT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (UNILA)
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FIES	Escala de Experiência de Insegurança Alimentar
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (UNILA)
SICIAV	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU)
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil)
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil (Brasil)
MEC	Ministério da Educação (Brasil)
DRUSA	Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar
ELCSA	Escala Latino-Americana e Caribenha de Segurança Alimentar
RU	Restaurante Universitário (UNILA)
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (UNILA)
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
CIRI	Coordenadoria de Informação e Regulação Institucionais (UNILA)
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional (UNILA)
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

SUMÁRIO

INTRODUCCIÓN.....	13
1 LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR.....	18
1.1 Panorama de Inseguridad Alimentaria en América Latina y formas de medición.....	19
1.2 Derecho a la Alimentación y Políticas Públicas Brasileñas.....	28
1.3 Estudiantes universitarios y dificultades alimentarias.....	32
2 CONTEXTO INSTITUCIONAL Y PERFIL DE LOS ESTUDIANTES DEL ILAESP.....	37
2.1 Contexto institucional de la UNILA.....	37
2.2 Subsidios de permanencia en la UNILA.....	41
2.3 Distribución Académica y Condiciones de Vida de los Estudiantes del ILAESP.....	44
3 ANÁLISIS DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA (ESCALA FIES).....	47
3.1 Formato e Instrumento de recolección de Datos y criterios de Calificación de Valores de la Escala FIES: detallamiento del método.....	48
3.2 Análisis Y Representación De Resultados.....	51
3.3 Análisis y Discusión de los Datos.....	74
CONSIDERACIONES FINALES.....	83
REFERENCIAS.....	85
APÊNDICES.....	89
APÊNDICE 1 - FORMULÁRIO.....	89

INTRODUCCIÓN

La inseguridad alimentaria es un fenómeno social persistente en América Latina, con efectos prolongados que ha marcado a varias generaciones. Si bien este fenómeno ha sido objeto de estudio de manera general en poblaciones de situación de pobreza, resulta relevante constatar las condiciones de Inseguridad Alimentaria (IA) presentes en la educación superior. En este escenario, la población estudiantil puede enfrentar desigualdades estructurales, como dificultades económicas, limitaciones en el acceso a una alimentación adecuada, diversos perfiles sociodemográficos vulnerables y en algunos casos, procesos de movilidad y adaptación territorial al mudarse lejos de sus hogares.

En este contexto, la Universidade Federal de Integración Latino Americana (UNILA), ubicada en la ciudad de Foz de Iguazú, en el estado de Paraná al sur de Brasil, es una institución que se destaca por realizar procesos selectivos a estudiantes provenientes de diferentes regiones de Latinoamérica y el Caribe, además de contar con modalidades de ingresos específicos para pueblos indígenas y refugiados, con el objetivo de promover una inclusión social con la democratización del acceso a la educación.

La estructura académica de la UNILA está organizada por 4 institutos que constan de diversas áreas: Instituto Latinoamericano de Arte, Cultura e Historia (ILAACH), Instituto Latinoamericano de Ciencias de la Vida y de la Naturaleza (ILACVN), Instituto Latinoamericano de Tecnología, Infraestructura e Território (ILATIT) y el Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política (ILAESP). Este último instituto desenvuelve sus actividades en el Campus de Integración, espacio creado por la Universidad donde no solo se llevan a cabo actividades académicas sino también convergen con los servicios de permanencia estudiantil, como lo es el alojamiento y la cocina comunitaria. Tal espacio es caracterizado por la convivencia e integración de los estudiantes que ya forman parte de la Universidad y aquellos que recién se incluyen, reforzando el intercambio de experiencias, saberes culturales y prácticas alimentarias.

Es notable la diversidad cultural producto de la presencia y convivencia de estudiantes brasileños y extranjeros provenientes de diferentes regiones de América Latina, reforzando la integración regional. Esta singularidad hace que la universidad sea un foco donde se marcan estas diversas realidades socioeconómicas y condiciones de acceso a recursos básicos, como es la alimentación.

Existen diversos estudios en América Latina sobre la nutrición en universitarios. En el caso de la UNILA, un estudio titulado "Indicadores de (in)seguridad alimentaria y nutricional: estudio de caso de los estudiantes del curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Drusa/Unila)" (Natividade, 2021) se centró en evaluar la Inseguridad Alimentaria entre los estudiantes de Drusa y ofreció un análisis detallado de la situación en ese grupo específico. Este estudio mostró que el 65% (32 estudiantes) de 50 alumnos que participaron en la pesquisa enfrentan algún grado de Inseguridad Alimentaria, siendo de mayor prevalencia la Inseguridad Leve con un 37% (18 estudiantes), seguida de Inseguridad Moderada 14% (7 estudiantes) y de Inseguridad Grave con 14% (7 estudiantes), dejando al 35% (17 estudiantes) de la población en Seguridad Alimentaria. Tal estudio es una primera señal de alerta sobre la condición de vulnerabilidad que afrontan los estudiantes para el año que fue desarrollada la pesquisa (2021). Esto evidencia, la necesidad de ampliar el foco de investigación en relación a la Inseguridad Alimentaria en los estudiantes dentro la Universidad.

Tomando como base el contexto anterior, el presente trabajo tiene como objetivo general analizar los niveles de inseguridad alimentaria en los estudiantes de graduación del Instituto Latino-Americano de Economía, Sociedade e Política (ILAESP) de la UNILA, comparando los resultados según el tipo de acceso de subsidios estudiantiles. Por lo cual, la presente investigación buscará: I) Abordar la problemática de la inseguridad alimentaria en la educación superior brasileña y latinoamericana; II) Caracterizar el perfil sociodemográfico y cultural de los estudiantes de graduación del ILAESP, identificando los diferentes subsidios estudiantiles a los que tienen acceso; III) Cuantificar y analizar los niveles de inseguridad alimentaria de los alumnos del instituto mediante el uso de la Escala de

Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES), evaluando la relación del beneficio o no de subsidios.

El interés por desarrollar este estudio surge de la necesidad de visibilizar la realidad alimentaria de los estudiantes del ILAESP. La elección de este determinado público se justifica por la diversidad social, cultural y económica que se presenta entre sus estudiantes, por la presencia significativa de alumnos internacionales¹ dentro de la universidad. Además, al seleccionar un único instituto, permite un análisis más focalizado y un mejor manejo de datos, ayudando en la comprensión de las realidades enfrentadas por los alumnos.

Por consiguiente, esta preocupación nace a partir de la experiencia personal como estudiante de la universidad, proveniente de Perú, al haber convivido estrechamente con compañeros provenientes de otras regiones y países. Esta vivencia me ha permitido observar de cerca las diferentes realidades alimentarias que viven los alumnos dentro del contexto universitario. De los cuales, algunos de ellos reciben auxilios estudiantiles completos; otros dependen únicamente de programas sociales generales, como *Bolsa Familia*² u otros beneficios sociales. Asimismo en algunos casos, entre quienes me incluyo, logramos acceder tardíamente a los beneficios de la asistencia estudiantil. Este escenario evidencia la situación heterogénea donde los restos de adaptación económica y cultural ponen en riesgo el desenvolvimiento integral de los jóvenes. Por ende, es crucial evaluar el impacto de los subsidios en el bienestar alimentar de los alumnos con el objetivo de que esta investigación sirva como base para futuros estudios en el área.

Metodológicamente la investigación consta de un enfoque cuantitativo, con carácter descriptivo. En primera instancia, se realizó una revisión bibliográfica para fundamentar los conceptos del marco teórico dentro del estudio. Dicha revisión bibliográfica se basó en establecer el entendimiento de la conceptualización de Inseguridad Alimentaria, el análisis de unos casos de vulnerabilidad alimentaria en en algunas universidades de Latinoamérica como de México, Ecuador y Brasil, y la

¹ Según datos institucionales de la UNILA, había un total de 3.885 estudiantes de graduación activos en 2025, aproximadamente un 38,8% corresponde a estudiantes internacionales.

² Programa de protección social establecido por el Gobierno Federal de Brasil dirigido a familias en situación de pobreza y pobreza extrema, amortiguando su situación mediante la transferencia monetaria.

comprensión del perfil sociodemográfico en universitarios dentro de una institución; con relación al acceso a subsidios estudiantiles y políticas públicas de permanencia en Brasil. Para fundamentar, se consultó fuentes académicas, documentos institucionales y organismos internacionales como FAO y ONU.

La población de estudio cuenta con un total de 1,177 estudiantes activos en el Instituto de ILAESP (CIRI, 2025). Por lo que se buscó abarcar la representatividad total de población estudiantil, se determinó una muestra probabilística de 92 alumnos calculado a partir de un nivel de confianza de 90% y un margen de error de 10%, término adecuado para este estudio de campo. No obstante, la presente investigación logró una recolección de 221 respuestas, reforzando la representatividad del público estudiado.

Para la recolección de datos se aplicó un cuestionario estructurado que permita conocer los diversos perfiles del cuerpo estudiantil mediante la variables sociodemográficas (género, nacionalidad, carrera, subsidios que acceden y uso del restaurante) junto a la Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES) que cuenta con ocho preguntas que ayudan a identificar los niveles de riesgo alimentar (seguridad, inseguridad leve, inseguridad moderada e inseguridad grave) que pueden estar afrontando esta población adaptadas a estudiantes sin alterar las bases establecidas por la FAO.

El formulario digital se aplicó de forma virtual con apoyo institucional para su difusión mediante correos y grupos académicos aplicados durante el mes de octubre del 2025. Es importante recalcar que el formulario estuvo dirigido exclusivamente a estudiantes activos de las distintas carreras del ILAESP, por lo que las respuestas obtenidas provienen en su totalidad de este Instituto. A partir de esta información, se procedió a comparar los niveles de Inseguridad Alimentaria entre los perfiles sociodemográficos de los estudiantes con la finalidad de poder identificar las diferencias o patrones que caracterizan a estos grupos.

Finalmente, se analiza los resultados obtenidos contrastando al marco teórico evaluando el alineamiento con los objetivos propuestos dentro de la investigación. Para una mayor comprensión, el presente trabajo se estructura en capítulos bien alineados. Posterior a esta introducción, el capítulo 1 aborda la inseguridad

alimentaria en la educación superior, analizado desde el panorama en América Latina, se describe las políticas públicas brasileñas y casos de dificultades alimentarias en los estudiantes universitarios focalizados en México, Ecuador y Brasil. En el capítulo 2 se detalla el contexto institucional y perfil de los estudiantes de ILAESP, examinando la estructura institucional, subsidios de permanencia y situación habitacional de los estudiantes. Posteriormente, el capítulo 3, además de detallar la metodología, expone los resultados primarios obtenidos de la aplicación de la Escala FIES, analizando desde el punto de los niveles de riesgo alimentarios en los estudiantes. Por último, se presentan las conclusiones y las consideraciones finales.

1 LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Una realidad alarmante que acecha a millones de personas en la actualidad a nivel global es la inseguridad alimentaria (IA). Tanto la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), entre otros organismos internacionales, han priorizado la lucha contra el hambre dentro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), en particular el ODS 2: “Hambre cero”, que busca garantizar el acceso a una alimentación segura, suficiente y nutritiva para el año 2030 (ODS, 2025). Sin embargo, los recientes informes demuestran que aún existen millones de personas que continúan enfrentando esta situación, evidenciando que a pesar que la alimentación sea un derecho universal, aun sigue siendo un trabajo en curso.

Por consiguiente, resulta de relevancia académica y social analizar la inseguridad alimentaria en estudiantes universitarios, puesto que no son ajenos a estas realidades. Aún mayor en los contextos de vulnerabilidad socioeconómica o migración; como es en el contexto de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA). La dificultad en acceder y mantener a una alimentación adecuada llega a ser un obstáculo directo en la en la salud y sobre todo a la permanencia estudiantil en condiciones iguales.

Por lo tanto, en este capítulo se abordará la problemática de la inseguridad alimentaria en el contexto de la educación superior, desde una perspectiva global hasta una realidad local. En primera instancia, se desglosa el concepto y la medición de la Inseguridad Alimentaria para establecer una base teórica que facilita el entendimiento dentro de la investigación. Para profundizar, se describe el marco legal del derecho a la alimentación y las políticas públicas vigentes en Brasil. Posteriormente se presenta una visión panorámica de este fenómeno en América Latina, cuya región demuestra profundas desigualdades estructurales. Finalmente, se analizan las dificultades alimentarias que enfrentan los estudiantes universitarios en la región, examinando sus experiencias en países como México y Ecuador, para direccionar la realidad Institucional de la Unila, en Brasil.

1.1 Panorama de Inseguridad Alimentaria en América Latina y formas de medición

La inseguridad alimentaria (IA) es un fenómeno global que afecta a millones de personas, y es entendida como una situación crítica que genera dificultad en acceder de manera constante a alimentos, inocuos y nutritivos que posibilitan mantener una vida saludable y activa. Esta puede representarse mediante diferentes niveles (leve, moderada y grave) dependiendo del contexto experimentado por parte del sujeto. En consecuencia, genera profundos impactos en la salud y el desarrollo aumentando la vulnerabilidad en diferentes sectores sociales (FAO, 2000).

Según la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura FAO (2025), no se trata únicamente de la ausencia física de alimentos, sino de las barreras económicas y sociales que impiden a las personas y/o hogares garantizar su derecho a la alimentación. Para ello, la FAO creó una herramienta para medir este problema, ya que se apoya en las experiencias vividas de las personas y hogares, respecto al acceso de los alimentos. Con ello, se puede clasificar la inseguridad alimentaria en niveles.

*La Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES, por sus siglas en inglés), es una herramienta diseñada por la FAO bajo el proyecto *Voices of the Hungry*. Este método es una norma internacional que busca medir la inseguridad alimentaria desde la experiencia de las personas, permitiendo obtener datos comparables entre países y culturas en relación a la prevalencia y gravedad de la inseguridad alimentaria (FAO, 2025).*

Por consiguiente, la FIES se centra en uno de los cuatro pilares de la seguridad alimentaria: el acceso a los alimentos. De este modo, desarrolla ocho³ preguntas dirigidas tanto a individuos como a colectivos, con el objetivo de conocer la realidad del escaso consumo o falta de alimentos por medio de la contemplación

³ La Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES) de la FAO evalúa el acceso de alimentos en los últimos 12 meses mediante 8 preguntas dicotómicas (Sí/No) que determina la severidad alimentaria. Para mayor información: <https://www.fao.org/measuring-hunger/access-to-food/applying-the-fies/es>.

de las experiencias de la población entrevistada. Las ocho preguntas de la FIES están estructuradas gradualmente para identificar los niveles: leve, moderada y grave (FAO, 2025). La progresión y el orden de las preguntas se detallan a continuación en el Cuadro 1:

Cuadro 1. Niveles de Inseguridad Alimentaria, FAO 2025.

Seguridad Alimentaria	Perfil de un sujeto que cuenta en todo momento con acceso a alimentos inocuos y nutritivos para satisfacer sus necesidades alimenticias y preferencias de insumos con el fin de llevar una vida activa y sana.
Inseguridad Alimentaria Leve	Registrar la angustia psicológica, la incertidumbre y la preocupación del individuo ante la posibilidad de quedarse sin alimentos.
Inseguridad Alimentaria Moderada	Se presenta cuando se reduce la variedad y cantidad de alimentos consumidos habitualmente. Llevando al sujeto a saltarse las comidas de manera recurrente.
Inseguridad Alimentaria Grave	Representa, la situación extrema en que las personas experimentan privaciones severas, donde pasan todo un día o más sin alimentarse, padeciendo.

Fuente: Elaboración propia, con base en los datos de la encuesta institucional aplicando la metodología FIES (FAO, 2025).

El Sistema de información y Cartografía sobre la Inseguridad Alimentaria y la Vulnerabilidad (SICIAV) de la FAO (2000) refuerza este enfoque. Ratifica que existe seguridad alimentaria cuando todas las personas tienen en todo momento acceso físico y económico a suficientes alimentos inocuos y nutritivos para satisfacer sus necesidades alimenticias y preferencias en cuanto a alimentos con el fin de llevar una vida activa y sana. En contraposición, la SICIAV describe que la inseguridad alimentaria son aquellas personas que están desnutridas por causa de indisponibilidad o consumo insuficiente de alimentos, falta de acceso social o económico. Las personas expuestas a la inseguridad alimentaria son aquellas que la ingestión de alimentos que están por debajo de las necesidades calóricas mínimas o aquellas que muestran síntomas físicos causados por carencias de energía y nutrientes como resultado de una alimentación insuficiente o desequilibrada (FAO, 2000).

Desde este punto, el análisis a la población universitaria cobra mayor relevancia con respecto al contexto de vulnerabilidad. Según el SICIAV, el grado de vulnerabilidad que puede estar expuesta una persona o grupo está determinado por la exposición a los factores de riesgo y su capacidad de afrontar o resistir situaciones problemáticas (FAO, 2000).

En este sentido enfatiza, que la inseguridad alimentaria es un fenómeno completo en la que se atribuyen diversos factores que varían en regiones, países y grupos sociales. Estos factores están bajo la premisa de cuatro puntos causales posibles de vulnerabilidad alimentaria en la que se encuentran sujetas las personas. De los cuales son: el contexto socioeconómico y político; el comportamiento de la economía alimentaria; las prácticas relacionadas con la atención; y por último, la salud y saneamiento (FAO, 2000).

En este sentido, la FIES a parte de señalar las diferentes magnitudes de IA que enfrentan las personas (en este caso los estudiantes), resalta los diferentes contextos sociales y geográficos. Gracias a ello, la inseguridad alimentaria es vista a nivel global como un fenómeno que debería ser tratado en los diferentes marcos sociales. A continuación, se aborda el panorama de la inseguridad alimentaria a nivel global y en América Latina y el Caribe, para contextualizar y analizar posteriormente el impacto en la educación superior. En los últimos años, se han realizado varios estudios analizando la magnitud del impacto de la inseguridad alimentaria y el hambre; pese a los avances en algunas regiones, este sigue siendo un problema persistente. Según el Reporte “Estado de la Seguridad Alimentaria y la Nutrición en el Mundo 2025” (SOFI, 2025), a nivel global se han observado algunas mejoras en la reducción del hambre. En 2024, se estima que el 8,2% de la población mundial padece hambre, lo que representa entre 638 y 720 millones de personas que no lograron cubrir sus necesidades alimentarias diarias. Esta cifra es inferior en comparación a los años en 2023 (8,5%) y en 2022 (8,7%), lo que refleja una disminución aproximada de 22 millones de personas en comparación con 2022 (FAO, 2025, p. 5).

En América Latina y el Caribe esta situación no es distante. Según el *Panorama Regional de la Seguridad Alimentaria y la Nutrición 2025*, elaborado por la FAO y asociados, confirma que la inseguridad alimentaria es una realidad que

sigue afectando a millones de personas dentro de sus tres subregiones, pese a los avances alcanzados en los últimos años.

El informe muestra un panorama claro de lo que ocurre en torno a la región sobre la subalimentación, entendida como la privación grave de alimentos direccionando a un consumo de una cantidad de energía alimentaria insuficiente (FAO, 2026). En el 2024, Sudamérica logró una reducción progresiva en la prevalencia del hambre, subregiones como Mesoamérica y El Caribe mostraron un estancamiento. Asimismo, al evaluar la Inseguridad Alimentaria Moderada o Grave mediante la Escala FIES, los datos reflejan que una porción significativa de la población latinoamericana enfrenta restricciones severas en la cantidad y calidad de sus alimentos. Más allá de las diferencias geográficas entre países con alta prevalencia como Haití y aquellos con menores porcentajes como Brasil o Uruguay, el informe subraya una constante: el fenómeno no afecta de forma homogénea, sino que profundiza las brechas de género, golpeando con mayor intensidad a las mujeres en todas las subregiones. Los principales indicadores reportados por la FAO para la región se sintetizan en la tabla 2.

Cuadro 2. Panorama de la Inseguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina y el Caribe por Subregiones (2024-2025).

Subregión	Prevalencia del Hambre (%)	Población en Inseguridad Moderada o Grave (%)	Brecha de Género: Afectación Mujeres vs. Hombres (%)
El Caribe	7,8 millones de personas (17,5%)	23,1 millones de personas (51,9%)	53,5% vs. 49,8%
Mesoamérica	9,1 millones de personas (5,0%)	47,5 millones de personas (25,9%)	28,8% vs. 22,3%
Sudamérica	16,7 millones de personas. (3,8%)	96,5 millones de personas (22,2%)	24,2% vs. 19,2%

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Panorama Regional de la Seguridad Alimentaria y la Nutrición (FAO, 2025).

Si bien, la Inseguridad Alimentaria expuestas a un nivel macro en la tabla anterior afecta a toda la población, sus impactos recaen con mayor intensidad en los sectores más vulnerables. Lo cual, existe un grupo que suele permanecer más invisible en los estudios estadísticos: Los Estudiantes Universitarios. Este grupo enfrenta varios factores que aumentan su riesgo, como los bajos ingresos familiares, la dependencia de becas o trabajos inestables, la falta de redes de apoyo en la ciudad donde estudian y, en muchos casos, la condición de migrantes internacionales.

En América Latina, el acceso a la educación ha estado históricamente condicionado por desigualdades sociales, y esta situación se realza aún más cuando se trata del acceso a la educación superior que mayormente es aprovechada por un solo sector social, excluyendo a amplios sectores de la población. No obstante, con el pasar de las décadas, se observa que varios países de la región han implementado políticas públicas orientadas a garantizar dicho acceso, promoviendo la inclusión de jóvenes de sectores olvidados, como estudiantes en situación de pobreza, provenientes de áreas rurales, comunidades con antecedentes migratorios, etc. Tales medidas buscan ampliar el ingreso y permanencia de jóvenes al sector universitarios, sin embargo, pese a estos avances, muchos estudiantes continúan enfrentando barreras estructurales, siendo la inseguridad alimentaria uno de los principales factores que compromete el bienestar, desempeño académico y continuidad en la educación superior.

Según Heringer, la democratización de la educación superior en Brasil durante los años 2000 atravesó un proceso de expansión debido a la implementación de políticas públicas orientadas a ampliar el acceso de grupos históricamente excluidos, especialmente estudiantes de escuelas públicas, sectores de baja renta, poblaciones negras o indígenas. A partir de este período, hubo la amplificación de vacantes dentro de las universidades, incremento de universidades federales y mecanismos que favorezcan el aumento en la recepción de estudiantes con este perfil.

El primer paso fue la promulgación de la Ley nº 12.711/2012, conocida como Ley de Cotas, que marca un avance significativo en la inclusión educativa de Brasil. A partir de esta legislación se logra que las universidades federales pasen a

reservar un 50% de sus vacantes para la integración de estudiantes provenientes de escuelas públicas, considerando su raza, renta y etnia. Posteriormente en 2016, esta política fue ampliada para la incorporación de personas con discapacidad, llegando a modificar el perfil tradicional de estudiantes universitarios en la época.

La inserción de políticas públicas orientadas a suplir estas deficiencias en el ámbito educativo brasileiro logró enfatizar mejor las desigualdades raciales y socioeconómicas que se mantenían en esos años. Pero había una problemática mayor que simplemente ingresar a una universidad, la permanencia estudiantil. La autora señala que hay diversos estudios reforzando que el ingreso a la universidad no garantiza la continuidad y conclusión del estudio superior que en su mayoría afecta a estudiantes de sectores vulnerables con dificultades financieras, limitaciones al acceso de recursos básicos y el obstáculo en la integración al nuevo ambiente universitario.

De ese modo, la permanencia estudiantil pasó a ser un papel central en las universidades. La implementación de asistencia estudiantil fue vista como una base esencial en la vida de los alumnos, en ella, se abarca asistencia relacionada con la alimentación, vivienda, transporte, apoyo financiero y acompañamiento académico procurando reducir las desigualdades que pueden interponerse en su trayectoria académica. Tal fenómeno puede describirse como una realidad silenciosa dentro de las universidades, ya que la atención pública suele centrarse en el acceso académico, dejando en segundo plano otras asistencias esenciales para su permanencia en la educación superior.

En el caso de universidades que reciben un número significativo de estudiantes migrantes internos o extranjeros, la inseguridad alimentaria adquiere una dimensión aún más compleja. Si bien, Josué de Castro (1946) argumenta que el fenómeno del hambre no responde a una insuficiencia real en la producción de insumos, sino que es el resultado de una desigualdad social estructural. Bajo esta lógica muchos de estos jóvenes provienen de contextos donde el acceso a la educación superior ya estaba condicionado por la desigualdad social, económica y territorial en sus países de origen, lo que significa que llegan a la universidad tras superar múltiples barreras iniciales en sus países.

Sin embargo, al migrar o mudarse de ciudad para continuar sus estudios, deben enfrentar nuevas dificultades asociadas al proceso de inserción: la pérdida del apoyo familiar directo, la necesidad de construir redes sociales desde cero, la precariedad laboral como estrategia de subsistencia y, en algunos casos, el desconocimiento de los programas de asistencia estudiantil disponibles. De esta forma, la experiencia universitaria se convierte en un terreno de doble vulnerabilidad: por un lado, las limitaciones estructurales que ya condicionaron su trayectoria educativa previa, y por otro, los desafíos cotidianos de permanencia vinculados con la alimentación, el alojamiento y la adaptación cultural en un nuevo entorno académico. Según Castro (1946), el hambre constituye un legado histórico derivado de siglos de explotación y desatención institucional. Tal idea permite comprender que el hambre no es un fenómeno pasajero ni aislado, sino una consecuencia estructural que se ha reproducido a lo largo del tiempo en contextos de desigualdades.

Según la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO, 2024), la inseguridad alimentaria trasciende la mera disponibilidad física de insumos y se define como la falta de acceso constante, suficiente y adecuado a alimentos nutritivos. Especialmente en América Latina y el Caribe, la inseguridad alimentaria no se debe a la falta de alimentos disponibles, sino a la dificultad de acceso económico para acceder a ellos. Como señala Calero León (2010, p. 8), describe que las causas de inseguridad alimentaria en América Latina están directamente vinculadas al bajo poder adquisitivo de los diversos sectores sociales, lo cual se agrava por crisis económicas y financieras.

Desde la perspectiva de Amartya Sen (2000), el concepto de *derechos económicos* resulta ser un eje central para entender las causas estructurales del hambre. Según su enfoque, las personas experimentan inseguridad alimentaria cuando no logran ejercer control sobre los bienes necesarios para garantizar su subsistencia. En este sentido, una persona padece problemas alimenticios cuando no puede ejercer sus derechos económicos sobre una cantidad suficiente de alimentos que le permita llevar una vida sana y productiva (CALERO LEÓN, 2012, p. 18).

Maluf (2008) señala que la vulnerabilidad al hambre se identifica a través de indicadores indirectos, como el nivel de ingresos, la edad o la pertenencia a ciertos grupos étnicos. Aunque estos indicadores no miden directamente el estado nutricional, muestran las condiciones que pueden aumentar el riesgo de inseguridad alimentaria (p. 117). Dentro de este contexto, este enfoque es relevante al momento de comprender cómo las condiciones socioeconómicas pueden afectar a la inseguridad alimentaria de los estudiantes.

Más allá de los impactos físicos o económicos que los estudiantes pueden enfrentar en torno a su alimentación, afrontan efectos profundos sobre sentimientos de ansiedad, agotamiento y desconcentración, lo cual compromete su desempeño académico y su sentido de pertenencia dentro del entorno educativo. Esto podría comprometer las actividades extracurriculares o espacios colectivos, aún mayor en universidades de integración de migrantes, teniendo limitaciones con choques culturales y procesos de adaptación, haciendo aún más compleja la experiencia universitaria de quienes viven en condición de vulnerabilidad.

Castro (1946) resalta que el hambre debilita las capacidades humanas y restringe las libertades individuales, argumenta que la falta de acceso a los alimentos impide el ejercicio de una verdadera libertad. Tal afirmación comprende que en el ámbito académico: el estudiante que pasa hambre no es plenamente libre para dedicarse al estudio, pues se ve forzado a elegir entre estudiar y trabajar, a sacrificar su salud o a abandonar actividades académicas y culturales.

En este contexto la inseguridad alimentaria puede comprenderse como una problemática social que está ligada directamente a desigualdades económicas, sociales y territoriales que afecta a millones de personas en el mundo y que, en contextos educativos genera un impacto que afecta en la vida de los estudiantes. En el contexto universitario, el estudio de la Inseguridad Alimentaria ha sido relevante en Latinoamérica, debido al impacto directo con el rendimiento académico, bienestar psicológico y, sobre todo, la permanencia de los estudiantes en la educación superior.

De este modo, analizar la inseguridad alimentaria en el contexto de la educación superior implica conocer el papel del Estado frente a estas brechas

sociales y la importancia de las políticas públicas que respaldan las necesidades estudiantiles. En ese sentido, el siguiente apartado abordará el derecho a la alimentación y las políticas públicas brasileñas vinculadas a la asistencia y permanencia estudiantil.

1.2 Derecho a la Alimentación y Políticas Públicas Brasileñas

El derecho a una alimentación adecuada es reconocido mediante la Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948, siendo uno de los principales pilares internacionales para aplicación y ejecución de seguridad alimentaria en el mundo. Según el Art. 25, “toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado que le asegure, así como a su familia, la salud y el bienestar, y en especial la alimentación, el vestido y la vivienda” (ONU, 1948).

Así como los tratados internacionales, existen otros instrumentos que no son obligatorios, pero sí representan un compromiso político. En 2004, la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) elaboró, junto con sus Estados miembros, las *Directrices voluntarias en apoyo de la realización progresiva del derecho a una alimentación adecuada*, que ofrece una guía práctica a los estados para que integran el derecho a una alimentación adecuada en sus políticas públicas. Con ello, se direccionan a los objetivos de erradicar el hambre y la pobreza (FAO, 2004).

En el contexto brasileiro hay varias políticas públicas proyectadas al entorno estudiantil. Diversos programas de cuotas, becas y asistencia estudiantil han sido creados con el objetivo de mitigar las adversidades que pueden enfrentar los estudiantes y sobre todo, ampliar sus permanencias en la educación superior. A través de estas acciones, el Estado busca garantizar las mejores condiciones de bienestar, entre las cuales la seguridad alimentaria resulta una base fundamental.

En Brasil, el derecho a la alimentación ha sido reconocido como una política de Estado desde la década de 2000. El Sistema Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (SISAN) fue creado el 15 de septiembre del 2006, mediante la promulgación de la Ley Orgánica de Segurança Nutricional (LOSAN, Ley nº 11.346),

con miras de organizar, formular e implementar políticas, programas y acciones direccionadas a garantizar el derecho humano a la alimentación adecuada. Según el Art. 3° de la Ley 11.346/2006, la seguridad alimentaria y nutricional se define como la realización del derecho de todos al acceso regular y permanente a alimentos de calidad y en cantidad suficiente. Este marco legal establece que dicho acceso no debe comprometer la satisfacciones de otras necesidades esenciales, debiendo basarse en prácticas alimentarias saludables, respetuosas de la diversidad cultural y sostenibles en los ámbitos ambientales, económicos y sociales (Brasil, 2006).

Tras consolidarse el reconocimiento del derecho a la alimentación como un derecho social fundamental en Brasil, la última década fue testigo de un importante avance normativo. La incorporación de este derecho en el texto institucional en la Enmienda Constitucional nº 64/2010, que modificó el artículo 6° de la Constitución Federal. Esto significa que, desde 2010, el Estado brasileño tiene la obligación jurídica de asegurar que sus ciudadanos no padezcan hambre y puedan acceder a una alimentación adecuada (BRASIL, 2010).

Según Maluf (2007, p.20), el derecho a la alimentación adecuada debe garantizarse a través de políticas públicas integrales de Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN), orientadas a combatir el hambre, promover la salud y proteger la dignidad de las personas. Además, la implementación de este derecho garantiza el disfrute de los demás derechos humanos siendo reconocido por instancias internacionales como el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos.

En el campo de la educación, la implementación del Programa Nacional de Asistencia Estudiantil (PNAES), creado en 2008, instituido por el Decreto nº 7.234/2010, representa uno de los principales instrumentos de las políticas públicas de permanencia universitaria. Tiene como objetivo garantizar las condiciones adecuadas para que los jóvenes con perfiles de bajos recursos económicos puedan matricularse a cursos presenciales de grado, maestrías y posgrados en universidades federales.

Los apoyos que ofrece el PNAES contemplan el auxilio alojamiento, transporte, salud, acceso a internet (inclusión digital), cultura, deporte, cuidado infantil (guardería), apoyo pedagógico y alimentación; en la cual, muchas

universidades aplican esta política a través de restaurantes universitarios (RU), con la intención de ofrecer comidas balanceadas a bajo costo para estudiantes con vulnerabilidad económica. Dentro de este marco, el programa no solo contempla estudiantes brasileños en situaciones de riesgo económico, sino también a estudiantes extranjeros y refugiados (latinoamericanos y caribeños) matriculados en universidades federales, siempre que cumplan el perfil socioeconómico vulnerable.

Según datos del Ministerio de Educación del gobierno Brasileiro (MEC, 2024), el PNAES atiende a nivel nacional un total de 400.000 estudiantes y realizó una inversión de 1.500 millones de reales, lo cual sería un 65% más que en el año 2022. Crecimiento que muestra la funcionalidad de la política dentro del país, con el acceso y permanencia en la educación superior.

Según el Ministerio de Educación, la estructura de la PNAES cuenta con varios subprogramas que buscan suplir las necesidades estudiantiles, en especial a aquellos estudiantes que se encuentran en el marco de vulnerabilidad socioeconómica en las universidades federales. Entre los cuales, se destacan el Programa de Asistencia Estudiantil (PAE), que ofrece apoyo económico directo a estudiantes de bajos ingresos; el Programa de Becas de Permanencia (PBP), que concede becas mensuales para estudiantes en situación de vulnerabilidad; el Programa de Alimentación Saludable en la Educación Superior (PASES), enfocado en la oferta de alimentación adecuada en los restaurantes universitarios; el Programa de Alojamiento Estudiantil (PEM), que financia alojamiento para estudiantes desplazados; el Programa de Apoyo al Transporte Estudiantil (PATE), dirigido a estudiantes que viven lejos de los campus; y el Programa de Atención a la Salud Mental Estudiantil (PAS), que se orienta al acompañamiento psicológico y bienestar emocional⁴.

Tales programas están coordinados a nivel federal y con soporte de cada institución universitaria que gestiona y se adapta a las realidades locales presupuestaria y culturales formadas en cada comunidad académica. Además, los estudiantes provenientes de familias en situación de vulnerabilidad pueden acceder indirectamente a programas de asistencia social otorgados por parte del Estado.

⁴ Ministério da Educação (MEC, 2026), para más información del programa, consulte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnaes/como-funciona>

Mediante el cadastramento en el Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS), que busca prevenir situaciones de vulnerabilidad dando soporte a familias que viven en áreas de riesgo social en municipios y Distritos Federales,

Gracias a ello, muchas familias logran acceder a beneficios sociales como el programa Bolsa Familia y otras asistencias básicas. En ese sentido, el programa Bolsa Familia (posteriormente reformulado como Auxílio Brasil en 2021), el cual fue instituido por la Lei n.º 10.836/2004, con el objetivo de ofrecer una renta mínima a familias en situación de pobreza y extrema pobreza, es usada por muchas familias para cubrir sus necesidades básicas, como la compra de alimentos (BRASIL, 2004). En el contexto universitario, los estudiantes que hacen uso de este apoyo financiero representa un apoyo en la permanencia y continuidad de su educación superior.

Por lo tanto, las políticas públicas mencionadas anteriormente se desenvuelven como una red de apoyo para estudiantes en situaciones de vulnerabilidad social. Aunque puede presentar ciertas limitaciones, demuestra un avance significativo por parte del Estado que busca la mejoría en el entorno académico. Sin embargo, el impacto de las políticas dependerá de las realidades sociales y económicas de los estudiantes, los cuales difieren en sus contextos. En otras palabras; algunos provienen de contextos de vulnerabilidad extrema, mientras que otros cuentan con mayores recursos o redes de apoyo.

Por esta razón, para comprender la relación entre inseguridad alimentaria y permanencia estudiantil, es indispensable considerar el perfil socioeconómico de los estudiantes. Según Agualongo y Garcés (2020), el perfil socioeconómico de un individuo o grupo comprende tanto las dimensiones sociales como económicas. Es vista como una categoría para analizar la desigualdad educativa y social, ya que permite comprender cómo se estructuran las oportunidades de acceso y permanencia en la educación superior. Por lo que, se refiere a una posición social compuesta por variables como el empleo, la ocupación, el nivel de escolaridad, los ingresos y el prestigio social. Y por otro lado, por aspectos económicos, como el ingreso individual y, en algunos casos, el entorno geográfico donde reside el sujeto. Tales factores, tienen un impacto directo sobre el desarrollo educativo de los miembros involucrados, ya que no solo se centra en determinar la posición socioeconómica. Diversos estudios señalan que los estudiantes de nivel

socioeconómico bajo presentan mayores niveles de deserción escolar, menor rendimiento académico y más dificultades de aprendizaje en comparación con sus pares de niveles medios o altos (Patrinos & Psacharopoulos, 1996).

A partir de este punto, se infiere que las desigualdades sociales y económicas se reflejan en la educación superior, afectando directamente las condiciones de vida de los estudiantes universitarios. Diversas investigaciones han mostrado las complicaciones que enfrentan los estudiantes en acceder a una alimentación adecuada en su trayectoria académica. De este modo, el siguiente apartado abordará algunos estudios desarrollados en México, Ecuador y Brasil sobre inseguridad alimentaria en estudiantes universitarios.

1.3 Estudiantes universitarios y dificultades alimentarias

Para contextualizar como la inseguridad alimentaria afecta a la población universitaria en el entorno latinoamericano, resulta de suma importancia observar estos efectos en investigaciones previas, lo cual sirve como un marco comparativo para la realidad local de la UNILA.

Un estudio titulado *“Seguridad Alimentaria en los hogares desde la perspectiva de una población universitaria”*, realizado por González-Aguilar y Gómez-Cruz (2021), que se realizó en el Centro Universitario de Ciencias Biológicas y Agropecuarias (CUCBA) de la Universidad de Guadalajara (México), evaluó la situación alimentar de 225 estudiantes de licenciatura pertenecientes a las carreras de Ciencia de los Alimentos (CA), Medicina Veterinaria (MV) y Agronegocios (AN). Para ello, se utilizó la Escala Latinoamericana y Caribeña de Seguridad Alimentaria (ELCSA) como instrumento principal para evaluar la seguridad alimentaria en sus hogares, diferenciados en dos grupos: Hogares sólo con personas adultas (26 hogares), y hogares compuestos con menores de 18 años (199 hogares).

Los resultados obtenidos señalan que el 52% del total de hogares de los estudiantes están dentro de un grado de inseguridad alimentaria. Dentro de esta cifra, la inseguridad alimentaria leve marcó un 33.77% siendo el porcentaje con mayor prevalencia, seguido de 13.33% de inseguridad moderada y 4,88% de inseguridad severa.

Otro dato relevante que arrojó la investigación es que la carrera de Ciencias de los Alimentos se vio más afectada en comparación con las otras carreras. Concentrando mayores casos de inseguridad alimentaria leve dentro de los hogares sólo con adultos (6 hogares) e incluyendo un caso severo (1 hogar). Lo cual, remarca una preocupación, respecto a estudiantes formados en áreas en ligación con alimentación y nutrición que enfrentan dificultades para satisfacer sus propias necesidades alimentarias. Este estudio muestra que más de la mitad de los estudiantes viven en hogares con inseguridad alimentaria, especialmente en el nivel leve.

Un segundo estudio, analizado en la Universidad Autónoma de Santo Domingo (UASD) en Ecuador, investigación conducida por Mazón-Almora (2019) tuvo como objetivo abordar el desconocimiento sobre el nivel de seguridad alimentaria en estudiantes universitarios de la ciudad. Con la finalidad de desarrollar un índice que logre medir la seguridad alimentaria. Para ello, seleccionó una muestra aleatoria de 38 estudiantes universitarios de cualquier universidad, carrera y año. Como instrumento de medición hizo uso de la escala tipo Likert, esta escala se basa en tres dimensiones que mostrarían la realidad de seguridad alimentaria en la que se encuentran: I) disponibilidad de alimentos preferidos en cantidad y calidad adecuada; II) capacidad para adquirir dichos alimentos según necesidades; y III) hábitos alimenticios saludables.

El método utilizado para interpretar la escala de medición fue mediante cinco niveles de respuesta, la opción “nunca” (con un valor de 1) y la opción “siempre” (con un valor de 5). A partir de esta premisa, cada estudiante puede obtener 15 puntos; siendo así, el total máximo 570 puntos para los 38 estudiantes evaluados. Los resultados obtenidos mediante las respuestas, fueron un total de 470 puntos, lo que representa el 72.46% del valor máximo. Siendo el nivel de “casi siempre” (valor 4) con más predominancia. Este resultado indica que la mayoría de los estudiantes, aunque no se encuentran en una situación crítica con relación a su alimentación, se encuentran en una categoría donde existen ciertas limitaciones en cuanto al acceso y calidad de sus hábitos alimentarios.

En el contexto brasileiro, una investigación realizada por una estudiante de la UNILA (Natividade, 2021), se enfocó en evaluar la inseguridad alimentaria entre los

estudiantes del curso de Desenvolvimento Rural e Segurança alimentar (DRUSA) de los últimos tres meses de ese mismo año. La investigación contó con la participación de 49 alumnos, de un total de 130 alumnos activos en el curso de diferentes nacionalidades de Latinoamérica.

Los resultados de este estudio realizados revelaron que tan solo 17 estudiantes (34%) del total se encuentran en Seguridad Alimentaria, mientras que 32 estudiantes (65%) están marcados en un grado de Inseguridad alimentar; de estos, 7 estudiantes (14%) se encuentran en un grado severo de I.A. Esto refleja que más de la mitad de estudiantes enfrentan dificultades para garantizar una alimentación adecuada. Estudiantes en proceso de formación profesional en temas como la soberanía alimentaria y seguridad alimentaria enfrentan obstáculos en combatir esta problemática, que tiene relación en factores como las diferencias culturales y económicas, además de los desafíos asociados con la adaptación a un nuevo entorno.

Complementado este panorama local, se destaca un estudio realizado en 2024 por estudiantes de la carrera de Administración y Políticas Públicas de la UNILA. Dicha investigación fue desarrollada como parte de las actividades prácticas de la disciplina curricular Ateliê, llevando a cabo una pesquisa sobre Inseguridad Alimentaria en la comunidad estudiantil. Dicha investigación tuvo como propósito evaluar si el Restaurante Universitario (RU) es suficiente para garantizar la satisfacción alimentaria de los alumnos. Dentro de la investigación fue aplicada la escala Brasileña de Insegurança Alimentar (EBIA/IBGE, 2020). Cabe resaltar que este informe fue compartido directamente por los estudiantes, con el fin de colaborar con datos relevantes para la presente investigación. A través de una encuesta realizada a 144 estudiantes, los autores validaron que existe una gran desigualdad en el acceso al restaurante universitario. Tal factor que influencia esta disparidad, es la distancia del comedor debido a su ubicación al encontrarse en un solo campus (Itaipu Parquetec - PTI⁵) en el momento de la pesquisa. Por consiguiente, al encontrarse el RU centralizado únicamente en un campus, diagnosticaron que en primera instancia existe una desigualdad entre las sedes y que normalmente los

⁵ Cabe precisar que, si bien el campus de la UNILA no se encuentra a una distancia extrema, el desplazamiento entre ellos exige un tiempo considerable de traslado. Al sumar esto al tiempo de espera en las filas del comedor, el acceso a ciertos servicios se vuelve tedioso para muchos estudiantes en ciertos horarios, bajo el riesgo de llegar tarde a sus horarios de clase.

alumnos usan el comedor entre 3 y 5 veces por semana, pero un 13% no lo pisa nunca. En la época en que dicho estudio fue realizado, el 42.11% de los estudiantes pertenecían a la sede del PTI, el 73.6% de la población estudiantil del Campus de Integración (CI) reportó de no haber utilizado nunca el servicio. Este diagnóstico expuso que el conflicto no radica en la disponibilidad de alimentos sino en las condiciones de asistencia como los horarios de atención y la saturación en los tiempos de espera.

Otro punto es la falta de apoyo y carga de responsabilidad familiar. El estudio arrojó que el 25% de los estudiantes (36 alumnos) deben mantener a otros familiares. Esto es preocupante, ya que supera al número de alumnos (23%) que reciben alguna ayuda alimentaria por parte de la universidad. Además se descubrió, que 76,7% de alumnos que reciben ayuda en dinero (R\$ 400.00; valor por comida R\$4.00) casi nunca van al RU. En contraste, el único grupo donde todos asisten de forma regular o diaria son los que tienen “modalidad complementaria” (donde la universidad subsidia el plato y solo pagan R\$ 2,00).

Ante la realidad descrita anteriormente, el derecho humano a la alimentación no puede solo ser reducido a un bien de consumo o acceso a alimentos, pasa a convertirse en un fenómeno complejo de intersecciones y estructuras que condiciona la experiencia universitaria. Según el Pacto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (PIDESC), ratificado en 1992 por Brasil, “toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado para sí y su familia, incluso alimentación, vestido y vivienda” (ONU, 1996, s/n), y a la mejora continua de sus condiciones de existencia. De ese modo, la alimentación se posiciona como una obligación concreta del Estado para su cumplimiento.

Las evidencias revisadas a nivel de Latinoamérica señalan que los estudiantes que ingresan a la educación superior a través de políticas de inclusión, no siempre logran mantenerse en igualdad de condiciones, especialmente cuando el acceso a una alimentación digna y suficiente no está garantizado. Por ende, las universidades son vistas como un espacio transformador de bienestar integral de estudiantes como condición necesaria para su rendimiento académico. En ese sentido, analizar la inseguridad alimentaria en la población universitaria no puede

desvincularse del papel del Estado y las políticas direccionadas a la permanencia estudiantil.

Por consiguiente, comprender la inseguridad alimentaria desde una perspectiva comparativa entre estudiantes subsidiados y no subsidiados, como propone esta investigación, permite conocer la realidad, las brechas, contradicciones y los puntos fuertes en las estrategias institucionales vigentes. Así como a lo largo de este capítulo se observó que la inseguridad alimentaria afecta de distintas maneras a las poblaciones en América Latina, dependiendo de las condiciones económicas, sociales y el acceso a políticas públicas en diferentes contextos.

A partir de este marco, en el ámbito universitario estas diferencias se reflejan en cuanto a las experiencias de los estudiantes, ya que no todos cuentan con la mismas condiciones de acceso a recursos o redes de apoyo que les permita mantener su permanencia definitiva en la universidad.

Frente a esta realidad, resulta fundamental examinar el contexto institucional que será estudiado, el perfil sociodemográfico y cultural de los estudiantes, así como particularidades de su entorno que de algún modo influyen en las experiencias alimentarias. Con este propósito, el siguiente capítulo se centrará en detallar el contexto institucional de la UNILA y el perfil de los estudiantes del ILAESP, proporcionando una contextualización de la realidad en la que se desarrolla esta investigación.

2 CONTEXTO INSTITUCIONAL Y PERFIL DE LOS ESTUDIANTES DEL ILAESP

En el presente capítulo se aborda el contexto institucional de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA) y las características de la población del Instituto Latinoamericano de Economía, Administración y Políticas públicas (ILAESP). En primera instancia se examina la misión de la Universidad con énfasis en su propuesta de integración y sus métodos institucionales orientados en la integración regional. Posteriormente, se describen los principales subsidios y programas de asistencia ofrecidos por la universidad, en especial los vinculados a la alimentación. Finalmente, se analiza el perfil sociodemográfico y la diversidad cultural de los estudiantes del ILAESP, con el objetivo de contextualizar la realidad en la cual se desarrolla esta investigación.

Los datos obtenidos en este capítulo fueron sustraídos a partir de informaciones institucionales ofrecidas por la Coordenadoria de Informação e Regulação Institucionais (CIRI/UNILA), documentos oficiales de la Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) y el Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2025-2029), para mayor entendimientos de los temas que se tratarán a continuación como el perfil de la comunidad estudiantil y las políticas de permanencia.

2.1 Contexto institucional de la UNILA

La Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA), ubicada en la ciudad de Foz do Iguaçu, Estado de Paraná, Brasil, fue creada en 2010 mediante la Ley n.º 12.189/2010, que se plantó como un proyecto pedagógico y político que, desde sus inicios, ha buscado la integración regional de América Latina impulsada por sus convenios institucionales.

Esta propuesta de integración es respaldada debido a la ubicación geográfica en la que se encuentra la UNILA. La ciudad de Foz de Iguazú potencia su propuesta de integración al encontrarse en la triple frontera entre Brasil, Paraguay y Argentina, una región caracterizada por la circulación de personas, multilingüismo y confluencia cultural. Por lo tanto, este espacio fronterizo influye en las dinámicas de convivencia

dentro de la UNILA, sumándose a la misma diversidad que existe en esta institución debido a los estudiantes brasileños de diversas regiones del país y alumnos extranjeros.

La propuesta de integración de la universidad también se aprecia dentro de su estructura académica y curricular. En ella, se dan diversos inicios de proyectos de investigación que abordan problemáticas vinculadas en torno a la regional. Así mismo, la UNILA adopta esta política lingüística donde reconoce al portugués y el español como dos idiomas base en sus actividades educativas, por consiguiente, facilita la participación de algunos estudiantes extranjeros, aun así la convivencia de diferentes idiomas puede ser un desafío para los estudiantes en especial los primeros años de formación. Para muchos estudiantes extranjeros, la experiencia migratoria implica adaptarse no solo a un nuevo sistema educativo, sino también a barreras de idiomas, diferencias de costumbres alimenticias y condiciones económicas distintas.

Para comprender la magnitud de recepción a la que se enfrenta la institución es indispensable conocer los diversos perfiles sociodemográficos en la UNILA, esto refleja la heterogeneidad social de América Latina. Puesto a que la institución reúne jóvenes provenientes de distintos estratos sociales, con predominio de aquellos que pertenecen a sectores de bajos ingresos o que son la primera generación de sus familias en acceder a la educación superior. Muchos llegan de áreas rurales, periferias urbanas o comunidades indígenas, donde las oportunidades educativas son limitadas.

Esta representación de diversidad está respaldada por los registros oficiales de la UNILA. Según los datos ofrecidos por la Coordenadoria de Informação e Regulação Institucionais (CIRI/UNILA, 2025)⁶, a mediados del 2025 la institución registraba un total de 4,848 estudiantes activos, entre los niveles de graduación, Lato Sensu, maestría y doctorado. Con una mayor presencia a nivel de graduación, lo cual albergaba 3,885 representando un 80,14% del total de alumnos (CIRI, 2025). Ratificando que los siguientes datos ofrecidos a continuación se informará del total

⁶ Cabe precisar que los datos utilizados son registros correspondientes al año 2025 debido a que en dicho periodo se aplicó la encuesta y el levantamiento de datos de campo de la presente investigación, representando al panorama oficial actualizado en ese momento.

de estudiantes, pero enfatizando en resaltar a los estudiantes en el nivel de graduación debido a la orientación de la pesquisa.

Cuadro 3. Cantidad de alumnos de la UNILA en 2025.

Niveles	Alumnos activos	Valores Relativos
Graduación	3885	80,14%
Posgrado/otros	963	19,86%
Total	4848	100%

Fuente: Elaboración propia, con base en datos institucionales provistos por el Centro de Integración y Relaciones Internacionales (CIRI/UNILA, 2025).

Con respecto al perfil sociodemográfico de los estudiantes de diferentes niveles educativos de la UNILA, con relación a la identidad de género este demuestra una primacía en la población femenina contando con 2,636 estudiantes siendo un 54,37% del total, con relación al género masculino tiene un total de 2,201 (45.40%) estudiantes, mientras que 10 alumnos describen un género neutro y 1 se registra bajo la categoría de otro (CIRI, 2025).

En contexto del perfil étnico-racial (autodeclarado), los estudiantes de la instituciones exhiben una notable heterogeneidad. La población blanca tiene mayor presencia dentro de los grupos siendo un total de 2,265 estudiantes, teniendo mayor presencia en el nivel de graduación con 1,790 alumnos. Le siguen 1,101 estudiantes pardos siendo 870 estudiantes en el nivel de graduación. 582 estudiantes son pretos y 460 están matriculados en nivel de graduación. Hay 385 estudiantes indígenas, de los cuales 369 están cursando cursos de graduación. Y finalmente los estudiantes autodeclarados amarillos son 84 y 68 están matriculados el nivel de graduación (CIRI, 2025).

Cuadro 4. Total de alumnos de graduación según su Identidad de Género y Raza autodeclarada del Instituto de la UNILA en 2025.

Total de Alunos(as) por Raza/Color (autodeclarada) e por Género (autodeclarado)										
Nivel Académico	Raza/Color (autodeclarada) en 2025						Género en 2025			
	Branco	Amarelo	índigena	Pardo	Preto	No declarado	Masculino	Femenino	Neutro	Otro
Graduación	1790	68	369	870	460	328	1805	2073	6	1

Fuente: Elaboración propia, con base en datos institucionales provistos por el Centro de Integración y Relaciones Internacionales (CIRI/UNILA, 2025).

Un indicador que más representa a la UNILA es la pluralidad de sus estudiantes, así lo demuestra el informe de la CIRI 2025. Según la investigación, la mayor presencia de estudiantes serían Brasileños con 3,103 estudiantes lo que equivale a un 64,01% del total, contando con mayor inscritos en el nivel de graduación de 2,379 estudiantes. Sin embargo hay diversos países concurrentes en la institución, como lo es Paraguay con un total de 364 estudiantes (7,51% del total general) y 325 alumnos en el nivel de graduación; Colombia cuenta en total con 352 estudiantes (7,26% del total general) y 294 alumnos en el nivel de graduación; Cuba cuenta en total con 145 estudiantes (2,99% del total general) y 139 alumnos en el nivel de graduación; Ecuador cuenta en total con 58 estudiantes 1,20% del total general) y 53 alumnos en el nivel de graduación; la población Haitiana cuenta en total con 222 estudiantes (4,58% del total general) y 202 alumnos en el nivel de graduación; Venezuela cuenta en total con 103 estudiantes (2,12% del total general) y 93 alumnos en el nivel de graduación; Perú cuenta en total con 172 estudiantes (3,55% del total general) y 158 alumnos en el nivel de graduación; y diversos países mas, como Centroamérica (Honduras, Panamá, El Salvador, Costa Rica, Nicaragua, Guatemala, Belice), el Caribe (República Dominicana), México y Uruguay, etc.

Por lo cual, esta institución se caracteriza por su principio de acogida a estudiantes latinoamericanos, y está comprometida con la formación académica y los desafíos que acechan en la región. En este contexto, la UNILA se ha posicionado como un referente para el acceso a la educación superior especialmente para estudiantes provenientes de sectores sociales y regiones

menos favorecidas de diferentes lugares de América Latina y el Caribe, especialmente provenientes de contextos vulnerables, incluyendo refugiados, pueblos originarios y afrodescendientes quienes podrían tener limitaciones para acceder a instituciones de educación superior. La Unila se convierte en un espacio marcado por procesos migratorios.

Por ese motivo, la universidad ha enmarcado las acciones de implementación de políticas de inclusión de asistencia estudiantil, como parte de su misión de democratizar el acceso y la permanencia, con el objetivo de que más personas, sobre todo las que tienen dificultades económicas o sociales, puedan entrar y mantenerse en la universidad.

2.2 Subsidios de permanencia en la UNILA

Debido a los diversos perfiles sociodemográficos presentes dentro de la comunidad estudiantil, la UNILA desarrolla políticas de asistencia estudiantil que garantizan la permanencia de sus estudiantes. Estas iniciativas están gestionadas por la Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que es responsable de implementar programas de apoyo direccionados a estudiantes en situación de vulnerabilidad.

De acuerdo con el Plan de Desarrollo Institucional (PDI 2025-2029), la UNILA se compromete a garantizar condiciones de acceso, permanencia y éxito académico de su comunidad estudiantil. Estructura sus políticas de asistencia estudiantil a través de una combinación de auxilios financieros, apoyos pedagógicos, infraestructura y servicios especializados, orientados a garantizar el bienestar integral del cuerpo discente. Estas medidas son particularmente relevantes en un contexto de profundas desigualdades sociales, económicas y culturales que afectan a los estudiantes de origen popular, migrantes y pertenecientes a grupos en situación de vulnerabilidad.

Para mitigar estas dificultades la institución implementa acciones enfocadas en subsidios económicos a través del Programa de Auxílio Estudantil (PAES) (mencionado en el capítulo anterior), accesibles a estudiantes con una renta per cápita igual o inferior a un salario mínimo y medio. Además ofrece auxilios de

vivienda, transporte, apoyo para la salud y auxilio alimentación, contando con un Restaurante Universitario (RU), que representa una estrategia fundamental para la seguridad alimentaria de los estudiantes con perfil socioeconómico de vulnerabilidad (UNILA, 2025, p. 95).

Por consiguiente, la necesidad de otorgar subsidios se vuelve visible debido al contraste en los perfiles sociodemográficos de los alumnos, así como se detalló en el apartado anterior de datos ofrecidos por la Coordenadoria de Informação e Regulação Institucional (CIRI/UNILA) en 2025, donde 4,848 estudiantes siendo el total de estudiantes activos, resalta la diversidad heterogénea entre pardos, pretos indígenas y amarillos, englobando al público nacional y extranjero. Debido a esta pluralidad y a desafíos constantes a los que están expuestos los estudiantes es indispensable la aplicación de ciertas políticas públicas de asistencia estudiantil.

De acuerdo con la información ofrecida por la Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE, 2025), 1.570 estudiantes reciben algún tipo de ayuda alimentaria en la universidad. De los cuales, 480 estudiantes reciben el Auxilio Alimentario en forma de subsidio financiero directo, con un valor de R\$400,00 mensual para gestionar de manera autónoma su alimentación. Mientras una parte de la población estudiantil hace uso del Restaurante Universitário (RU) accediendo a comidas completas por un valor de R\$2,00 por comida, recibiendo un complemento de R\$200,00 mensual, para cubrir otras necesidades alimenticias.

Cuadro 5. Modalidades de ayuda alimentaria otorgadas por la PRAE (UNILA, 2025).

Modalidades de Apoyo	Beneficio / Costo	Descripción del subsidio.
Auxilio Alimentario Directo	R\$ 400,00	Subsidio financiero directo para la gestión autónoma de alimentación por parte del estudiante.
Subsidio Restaurante Universitario	R\$ 2,00 por comida	Acceso a comida completa en el RU complementando con un subsidio mensual de R \$200,00 para otras necesidades alimenticias.

Fuente: Elaboración propia, con base en datos institucionales provistos por la Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UNILA, 2025).

En este contexto, el Restaurante Universitario (RU) se inauguró en el año 2023, ubicado en la sede Parque Tecnológico Itaipú (PTI), y se extendió al campus Jardim Universitario (JU) en 2025 para un mayor abarque de estudiantes. En el que, todo público estudiantil puede acceder, constituyendo una de las principales políticas institucionales de asistencia estudiantil por parte de la universidad. Tal implementación busca promover el bienestar integral y garantizar el derecho a una alimentación adecuada. Además de percibir el RU como un apoyo económico y alimenticio, se aprecia como un espacio donde puede desarrollarse la inclusión de varios grupos sociales y sobre todo, la permanencia al favorecer a los estudiantes puedan mantener sus condiciones más adecuadas para su desarrollo académico. De este modo la institución procura asegurar las condiciones nutricionales adecuadas, lo que impacta positivamente en el rendimiento cognitivo y la estabilidad emocional de los jóvenes, evitando así la falta de comidas diarias.

No obstante, a pesar del impacto positivo de los auxilios de asistencia estudiantil algunos casos la otorgación de estos pueden demorar por diversos factores Institucionales o burocráticos. En muchos casos, los alumnos que necesitan estos beneficios no los reciben de inmediato, esto puede deberse a que en algunos casos el proceso de trámite en sus países o la selección y aprobación dependen estrictamente de documentos que avalen su vulnerabilidad económica. Mientras tanto, se someten a largos periodos de espera y se ven obligados a costear por cuenta propia los elevados gastos que existen en la región. Según los datos habitacionales y económicos recogidos por el diario GDIA (2025, Foz de Iguazú se ubica como la novena ciudad más cara de Brasil para vivir, esto se debe a que la ciudad se encuentra en una zona turística y de triple frontera, donde concurren el turismo internacional junto con el elevado costo de inmovilidad y la presión de los servicios, lo cual eleva el costo de vida.

Por lo tanto, se infiere que no todos los estudiantes enfrentan las mismas condiciones en la educación superior. Por ello, después de la descripción del panorama general de la UNILA, es indispensable analizar este problema a una escala menor para mejor precisión. El siguiente apartado, se encargará de abordar el perfil sociodemográfico y la diversidad cultural de los estudiantes del Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política (ILAESP), a través de un análisis

de sus características sociodemográficas que moldean su vida universitaria y definen sus experiencias en la permanencia educativa.

2.3 Distribución Académica y Condiciones de Vida de los Estudiantes del ILAESP

Para el año 2025, el ILAESP de la UNILA registra un total de 1,177 estudiantes activos distribuidos en siete carreras de grado (CIRI, 2025). La relevancia de examinar el perfil sociodemográfico de esta población no radica únicamente en cuantificar el volumen de estudiantes matriculados, sino la relevancia que adquiere dentro de esta investigación.

Agrupar a estos alumnos mediante sus características comunes como su género, origen étnico-racial, nacionalidad o la carrera que cursan, permite visibilizar ciertas realidades y desigualdades dentro de este cuerpo estudiantil, que de otro modo podrían permanecer ocultas bajo un perfil general de un estudiante.

Por consiguiente, en el marco de este estudio se enfatiza la necesidad de evaluar la inseguridad alimentaria a través de la herramienta FIES, dicha herramienta mejora la toma de resultados debido a su capacidad para medir de forma directa las experiencias vivenciales del hambre en diferentes niveles de intensidad, centrándose en el individuo y no solo en sus ingresos económicos. Bajo este criterio, se infiere que la vulnerabilidad alimentaria no tiene el mismo impacto para cada alumno. Por ende, al clasificar y comparar los diferentes perfiles del ILAESP, es posible identificar cuales son los grupos que enfrentan mayores niveles de incertidumbre, restricción en la calidad de alimentos o, en peores casos, privaciones severas debido a la falta de recursos.

Para entender cómo se divide la población del Instituto, primero debemos ver cuántos estudiantes hay en cada una de las 7 carreras de grado (CIRI, 2025). Es necesario aclarar que el análisis general institucional que se ha mencionado anteriormente se enmarca en el año 2025. Sin embargo, la distribución detallada de matriculados por curso representa exclusivamente al periodo 2025.2, siendo este el registro oficial disponible y otorgado por dicha coordinación al momento de realizar el levantamiento de información para este apartado.

Cuadro 6. Cantidad de alumnos por curso del Instituto de ILAESP en 2025.2.

ILAESP - Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política	
<i>Cursos de Graduação</i>	<i>Alunos</i>
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	232
CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA - SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA	139
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - ECONOMIA, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	169
DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR	87
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO	238
SERVIÇO SOCIAL	217
FILOSOFIA	95
Total de Alunos	1,177

Fuente: Elaboración propia, con base en datos institucionales provistos por el Centro de Integración y Relaciones Internacionales (CIRI/UNILA, 2025).

Observar los datos por carreras nos sirve para hacer una comparación directa. Al hacer uso de la encuesta FIES, podemos saber si el problema de la falta de alimentos es igual en todo el Instituto o si hay carreras donde los alumnos tienen más dificultad que otros.

Otra característica fundamental que se puede tomar en relación a ciertas características de estudiantes del ILAESP es la organización de sus tiempos y horarios académicos. La rutina universitaria impone cargas horarias extensas que incluyen clases en diferentes turnos (matutino, vespertino, nocturno e integral), actividades de investigación o extensión. Esta saturación del tiempo cotidiano obliga a los estudiantes a depender directamente de las opciones alimenticias que ofrece la institución dentro de sus campus, tales como el Restaurante Universitario (RU).

Sin embargo, cuando los horarios de clase interfieren con los turnos de atención del comedor, o cuando sus actividades académicas se extienden fuera de las sedes donde se encuentran ubicados los comedores, los alumnos se ven forzados a recurrir a gastos extras en alimentos preparados o pequeños aperitivos, debilitando su seguridad alimentaria. Este factor impacta de forma negativa en su presupuesto mensual, reduciendo el dinero disponible que posiblemente estaba previsto para sus alimentos de fines de semana, de este modo, se elevan los niveles de incertidumbre y vulnerabilidad alimentaria.

Así mismo, el perfil de los estudiantes de ILAESP también se estrecha con las condiciones de residencia en la ciudad de Foz de Iguazú. Esto infiere que, dado al carácter internacional que se ve en la universidad y a nivel de grado, parte del cuerpo estudiantil se ven en la obligación de migrar y buscar opciones de vivienda temporales, recurriendo a alojamientos compartidos y habitaciones alquiladas a bajo costo. Sin embargo, al tratarse de alternativas económicas, estos espacios muchas veces ofrecen solamente las condiciones mínimas indispensables para habitar. O al tratarse de opciones costosas y que muchas veces no están equipadas (carencias de muebles y/o electrodoméstico), el presupuesto mensual de los alumnos se reduce drásticamente.

Por lo tanto, por todas estas dificultades que afrontan los estudiantes del ILAESP terminan siendo un factor riesgo que reduce su presupuesto estudiantil conllevando a una precariedad en su rutina diaria, en la que involucra directamente a su alimentación. En consecuencia, para comprobar de manera científica y medir cómo influyen estas dificultades en la vida de los alumnos del instituto, se vuelve indispensable usar una herramienta que pueda medir el grado de seguridad alimentaria mediante la experiencia de cada alumno. A partir de esta contextualización del perfil sociodemográfico, el siguiente apartado comienza por describir el diseño metodológico de la investigación, donde se presenta el proceso de recolección de datos y la aplicación de la escala FIES, para determinar los niveles de inseguridad alimentaria del ILAESP.

3 ANÁLISIS DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA (ESCALA FIES)

La presente investigación tiene como propósito conocer el contexto alimentar de los estudiantes del Instituto Latino-Americano de Economía, Sociedade e Política (ILAESP), de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA). Con el fin de alcanzar con el objetivo de la pesquisa se procedió a identificar los niveles de seguridad e inseguridad alimentaria presentes en la población estudiantil, mediante un enfoque cuantitativo.

Como se explica en la introducción, el universo de la población estudiantil está constituido por un total de 1,177 estudiantes activos, matriculados en una de las siete carreras de grado que compone el Instituto de ILAESP para el año 2025.2. Los datos fueron ofrecidos por la Coordenadoria de Informação e Regulação (CIRI), la Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) y la Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade (SECAFE) de la UNILA. A partir de esta obtención de información se procedió a calcular el tamaño de la muestra utilizando un muestreo probabilístico.

A partir de esta información, se procedió a calcular el tamaño de la muestra utilizando un muestreo probabilístico para poblaciones finitas de Barbetta (2012, pg 60). Para garantizar la representatividad estadística del estudio, se utiliza la ecuación matemática oficial de dos pasado según el autor. En primer lugar, se calcula una aproximación muestral (n_0 *primer ejercicio*) que asume una población desconocida, siendo necesario su aplicación para posteriormente determinar el factor de corrección finita (N) que ajusta el tamaño muestral definitivo según el universo real de estudio

Primer ejercicio:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

Segundo ejercicio:

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

Parámetros dentro de las fórmulas:

N = Tamaño de la población.

E_0 = Error muestral tolerable.

n_0 = Primera aproximación del tamaño de la muestra.

Tales parámetros representan a la variable N a los 1177 alumnos activos matriculados en el Instituto, mientras que el error amostral tolerable E_0 fija un límite de error admisible del 10% (0.1 en la ecuación) el cual se determina un nivel de confianza de 90% (0.90 en la ecuación). A su vez, el primer ejercicio n_0 funciona como un paso intermedio según el autor, este cálculo define provisionalmente un tamaño muestral de 100 estudiantes (el tamaño que se requeriría si la población total fuera desconocida), siendo como punto de partida para aplicar y definir la fórmula de corrección (segundo ejercicio) ante un universo finito. Al procesar estas fórmulas, se determinó que el tamaño muestral requerido para validar la investigación eran como mínimo 92 alumnos. Dado que la investigación contó con la participación de 221 alumnos, podemos afirmar que los resultados son confiables.

3.1 Formato e Instrumento de recolección de Datos y criterios de Calificación de Valores de la Escala FIES: detallamiento del método

Una vez determinado el tamaño de la muestra, se diseñó un cuestionario con una organización de cuatro módulos. Creadas y usadas a través de la plataforma Google Forms en portugués. La primera sección se enfocó en recolectar datos sociodemográficos y de acceso a políticas de asistencia estudiantil. En primera instancia, se buscó tener información orientada al perfil sociodemográfico de los

estudiantes de grado para caracterizarlos, con la finalidad de evaluar el impacto de los subsidios institucionales en torno a su bienestar estudiantil y analizar si se encuentran en uno de los niveles de inseguridad alimentaria. Específicamente, se indaga: Identidad de género autodeclarada y país de origen.

El segundo módulo contó con un panorama institucional centrado en el acceso de políticas de asistencia por cada estudiante. Dentro de este apartado, se indaga: Cantidad de alumnos matriculados por grado, tipos y cantidad de subsidios recibidos por estudiante, frecuencia en el uso del Restaurante Universitario y la preferencia por cada estudiante en la recepción de subsidio que ayuda en su permanencia estudiantil.

El tercer apartado consistió en incorporar las ocho preguntas de la Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES). Estas Interrogantes fueron sutilmente modificadas para adecuarlas al contexto universitario, cuidando rigurosamente no alterar las bases establecidas por la FAO. En este punto es importante reconocer las limitaciones del enfoque cuantitativo y de la Escala FIES, aunque esta herramienta es clave para mostrar la magnitud de la inseguridad alimentaria y a cuántas personas afecta, no explica directamente el por qué ocurre ni cómo lo viven los estudiantes en su día a día.

El proceso de recolección de encuestas contó con una múltiple estrategia de difusión para incentivar la participación de los estudiantes y alcanzar la muestra requerida. El canal de apoyo para la difusión institucional fue a través de la Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), donde se realizó un envío masivo mediante correos electrónicos institucionales de los alumnos activos pertenecientes al Instituto, asegurando la representatividad de la población estudiada.

Con el fin de aproximar la investigación a los estudiantes y mayor velocidad de respuesta, realizó una difusión presencial con folletos informativos y con QR escaneo en los puntos de mayor circulación de la institución, tales como el Campus de Integración, donde concurren la mayoría de las aulas del instituto y en el restaurante universitario. Asimismo, se realizaron visitas directas a las aulas en horarios de receso para distribuir el código digital de la pesquisa, con el fin de esparcir el cuestionario en los grupos de whatsapp usado y creado por los propios

alumnos de carreras de los institutos, mediante links que direcciona directo a la encuesta.

Dentro del formulario se respetó los términos de política y privacidad, garantizando el consentimiento informado de los participantes. Una vez obtenida las respuestas en la plataforma Microsoft Excel este pasó a transformarse en valores numéricos aceptables para un análisis estadístico, por la cual se usó el método estandarizado de la FAO. Para ello, a cada una de las ocho preguntas de la Escala FIES se le atribuye una puntuación basada en la respuesta del estudiante. Cada respuesta afirmativa (Sí) es contabilizada con el valor de un punto (1), mientras que cada respuesta negativa (No) recibe una valoración de cero punto (0). Al final del proceso, la sumatoria de estas puntuaciones particulares permite clasificar a los encuestados dentro de los diferentes niveles de seguridad o inseguridad alimentaria que establece la FIES.

La suma de estas respuestas afirmativas o negativas se ubican en un rango de 0 a 8, determinando el nivel de seguridad o inseguridad alimentaria en la que se podría encontrar cada estudiante. Una mayor respuesta afirmativa dicta un mayor rango de severidad en la experiencia de inseguridad alimentaria.

Cuadro 7. Criterios de clasificación y rangos de puntuación para la Escala FIES.

Niveles	Puntuación de preguntas (respuestas “Sim”)
Seguridad Alimentaria	0
Inseguridad Alimentaria Leve	1 a 3
Inseguridad Alimentaria Moderada	4 a 6
Inseguridad Alimentaria Grave	7 a 8

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Con el objetivo de ordenar las informaciones para un mejor entendimiento de las respuestas obtenidas, los datos procesados se estructuran en tres tomos del cual cruzan como eje central al resultado de la escala Fies.

Cuadro 8. Organización de los datos obtenidos por tomos analíticos de dimensiones sociodemográfica, institucional y vivencial de ILAESP, 2025.

DATOS DE INFORMACIÓN ORGANIZADOS EN TOMOS	
Tomo 1	Caracterización Sociodemográfica X Prevalencia FIES
Este bloque analiza de forma cruzada el perfil básico de la población entrevistada entorno a los datos obtenidos de la FIES: • Cantidad de alumnos X resultado FIES. • Género X resultado FIES. • Raza X resultado FIES. • Nacionalidad X resultado FIES.	
Tomo 2	Contexto Institucional y Asistencia estudiantil X Prevalencia FIES
Este bloque evalúa las respuestas de los estudiantes en torno a la asistencia estudiantil en base a los datos de la FIES. • Género X subsidios de asistencia estudiantil. • Recepción o no de subsidios de asistencia estudiantil X resultado FIES. • Cantidad de subsidios de acceso a estudiantes X resultado FIES. • Acceso al Restaurante Universitario (RU) X resultado FIES.	
Tomo 3	Realidad vivencial X resultado FIES
Este apartado toma las condiciones diarias del estudiante fuera del entorno educacional, lo cual fueron medidas bajo la premisa de los datos FIES. • Espacio de residencia X resultado FIES • Remuneración económica adicional X resultado FIES	

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

3.2 Análisis Y Representación De Resultados

En este subcapítulo se presentan y discuten los resultados obtenidos tras el procesamiento de datos recolectados en la investigación de campo dirigida a los estudiantes del ILAESP de la UNILA. Para un mejor entendimiento de los datos este apartado se ordena en tres tomos que cruzan con las variables del entorno estudiantil con el resultado de la fies

TOMO I : Caracterización Sociodemográfica y su relación con la escala de experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES).

A.1 Prevalencia del estado de Inseguridad Alimentaria en los estudiantes encuestados del ILAESP.

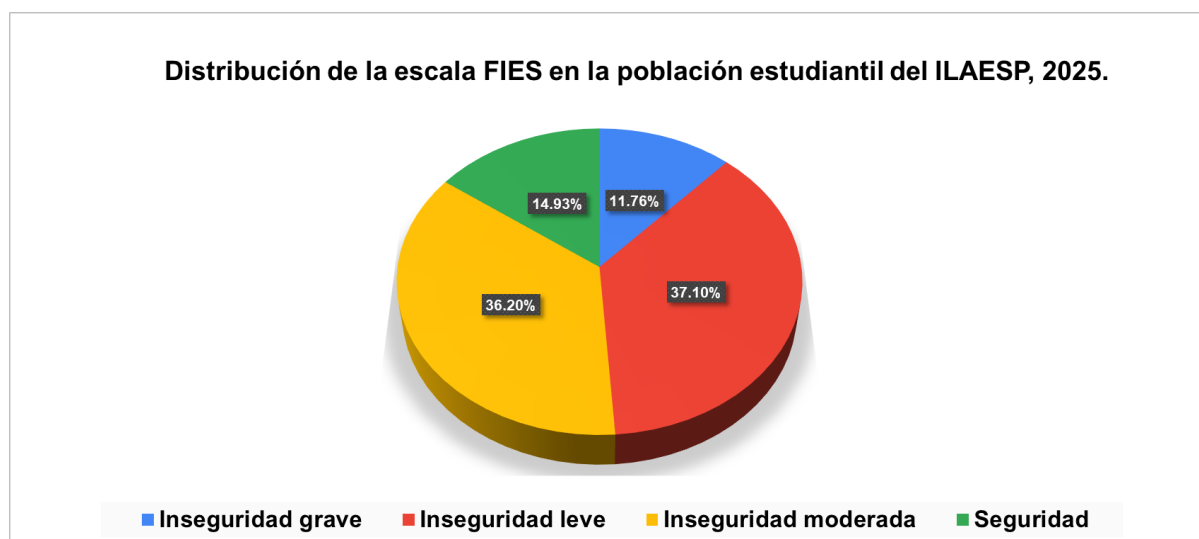
La siguiente tabla a continuación muestra los resultados generales obtenidos de la aplicación de la escala Fies en relación a la muestra de 221 estudiantes del instituto ILAESP durante el año 2025.

Tabla 1 - Prevalencia y Distribución de la escala FIES en la población estudiantil, 2025.

Niveles de Escala FIES	Cantidad de Alumnos (n)	Porcentaje de Alumnos (%)
Seguridad Alimentaria (I.A.)	33	14.93%
Inseguridad Alimentaria Leve (I. L.)	82	37.10%
Inseguridad Alimentaria Moderada (I. M.)	80	36.20%
Inseguridad Alimentaria Grave (I.G.)	26	11.76%
Total General	221	100%

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Gráfico 1. Distribución de la escala FIES en la población estudiantil, 2025.



Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Al analizar el panorama general de Inseguridad Alimentaria en los estudiantes del Instituto, se observa una alta vulnerabilidad en este contexto alimentar. La información obtenida arroja que solo el 14.93% (n= 33) de la población estudiantil se encuentra en estado de seguridad alimentaria. Tal porcentaje representa al único sector minoritario que manifiesta no tener preocupaciones en su alimentación diaria, garantizando su accesibilidad y calidad de los nutrientes necesarios diarios para su desarrollo. Caso contrario, es con la otra parte de la población, el 85,06% de los alumnos restantes experimenta algún grado de inseguridad alimentaria.

Al desglosar los grados de afectación, se observa que la Inseguridad Alimentaria Leve presenta mayor proporción con el 37,10% (n= 82) del total de estudiantes. Lo cual se infiere que esta mayor parte de alumnos experimenta una constante preocupación por cómo adquirir sus alimentos diarios comprometiendo su calidad nutricional y su estabilidad emocional.

Seguidamente, se encuentra la Inseguridad Alimentaria Moderada siendo otro grado de mayor impacto, afectando a un 36,20% (n= 80) de alumnos, no muy distante del nivel anterior. Este panorama es muy alarmante en el contexto

universitario, mediante este resultado se percibe que más del tercio de la población estudiantil ha tenido que reducir la calidad y cantidad de alimentos, sea porciones de comida o saltar en escasos días sus insumos diarios perjudicando su desarrollo académico y físico.

Finalmente, el 11,76% (n=26) de los estudiantes padece de inseguridad alimentaria grave. Si bien este porcentaje es el más bajo de la escala, no debería interpretarse como un caso ajeno o inexistente. Por el contrario, refleja la magnitud severa y extrema en la que llegan los alumnos dentro del Instituto, experimentando la privación de alimentos por completo o pasando días sin comer.

Se concluye mediante la información obtenida que 162 (73.30%) alumnos están entre los niveles leve y moderado enfrentan vulnerabilidad alimentaria, que no solo se traduce en una preocupación a futuro por adquirir sus insumos alimenticios, sino que se infiere de forma concreta con la disminución y calidad de ello. Estos datos exponen las diferentes realidades socioeconómicas que llega a enfrentar cada alumno del Instituto, siendo un factor clave que justifica la necesidad de evaluar tal fenómeno en la educación superior. Por consiguiente, esta realidad expuesta sirve como base para estructurar por partes específicas la investigación. Siendo relevante evaluar cómo este fenómeno se agudiza en torno a ciertas características del perfil de un estudiante como el género, nacionalidad, vínculo institucional y condiciones de vida.

A.2 Distribución de la escala FIES según la identidad de género autodeclarada en la población ILAESP.

Una característica sociodemográfica relevante dentro de la pesquisa es comprender si la vulnerabilidad alimentaria afecta de distinta forma a los estudiantes según su género. Por consiguiente, se hace un análisis cruzado en relación a los niveles de la escala FIES y el Género Autodeclarado obtenido de los resultados de la encuesta realizada a la población del Instituto ILAESP, con la finalidad de identificar qué grupos presentan mayor dificultad dentro de la vida universitaria. A partir de este criterio, la información nos revela que las vulnerabilidades y restricciones no son homogéneas para un solo sector.

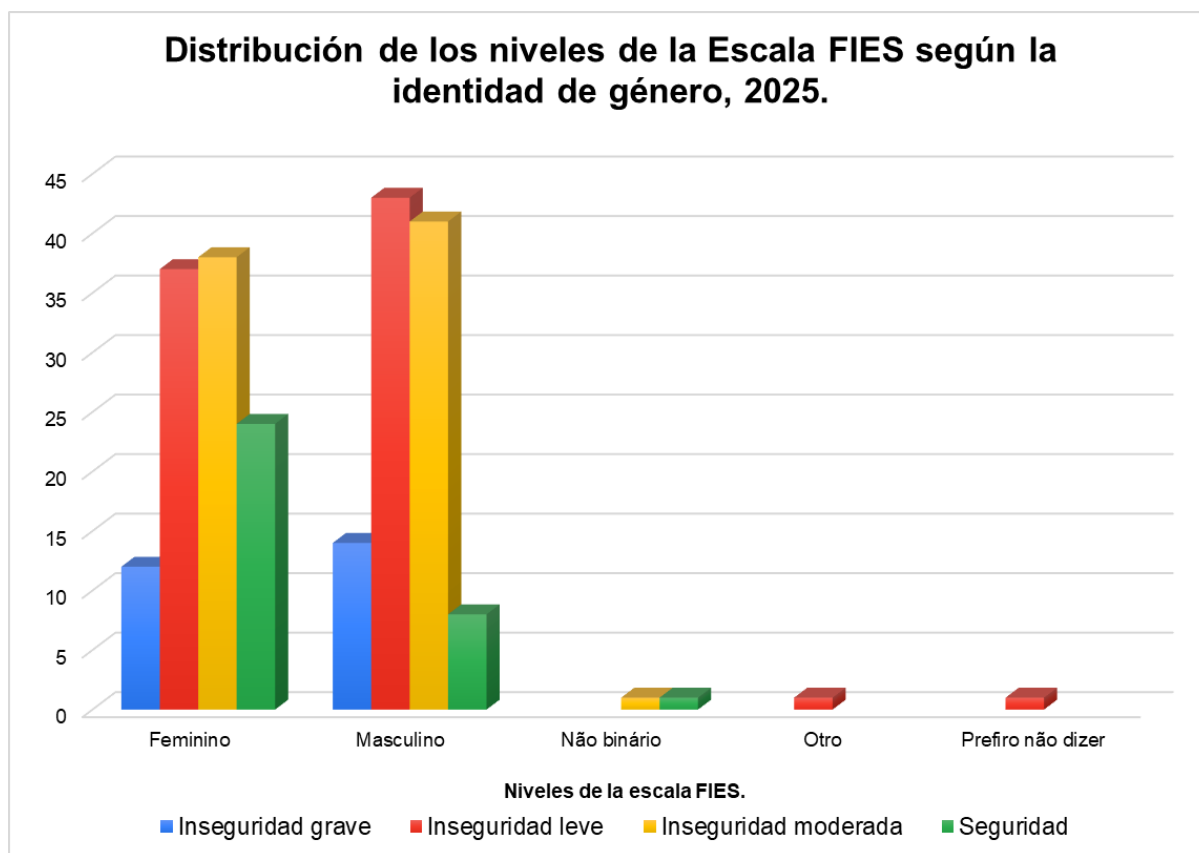
Con el propósito de realizar un análisis más detallado, el siguiente apartado porcentual ha sido calculado de manera horizontal (por filas) tomando como base el 100% del total por cada identidad de género autodeclarado (ejemplo: total de mujeres: 111 y hombres: 106) y no del total general (221). Con excepción de los valores en la última columna (Total General %) contiene la representatividad de cada grupo de género autodeclarado con relación al total absoluto de la muestra.

Tabla 2 Distribución de los niveles de seguridad e inseguridad alimentaria según la identidad de género, 2025.

Género (autodeclarado)	S.A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General (%)
Femenino	21.62% (24)	33.33% (37)	34.23% (38)	10.81% (12)	50.23% (111 de 221)
Masculino	7.55% (8)	40.57% (43)	38.68% (41)	13.21% (14)	47.96% (106 de 221)
No binário	50.00% (1)	0.00%	50.00% (1)	0.00%	0.90%% (2 de 221)
Prefiero no decir.	0.00%	100% (1)	0.00%	0.00%	0.45% (1 de 221)
Otro	0.00%	100% (1)	0.00%	0.00%	0.45% (1 de 221)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Gráfico 2. Distribución de los niveles de seguridad e inseguridad alimentaria según la identidad de género, 2025.



Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Al observar los datos de la Tabla A.2, se evidencia que la muestra en relación al total de estudiantes ($n=221$) está dividida casi equitativamente entre mujeres (50.23%) y hombres (47.96%), mientras que los estudiantes restantes equivalen en una representatividad de 1.80% de la población.

En primera instancia, el sector con mayor cuerpo estudiantil dentro de la pesquisa es la población femenina que constituye a 111 estudiantes de la muestra total, siendo el grupo mayoritario. De las cuales 21.62% ($n=24$) gozan de Seguridad Alimentaria, esto quiere decir que poco más de la quinta parte de mujeres logran satisfacer sus necesidades alimenticias. En contraste, el 78.38% de las mujeres restantes se encuentran dentro de algún grado de Inseguridad Alimentaria: un 33.33% ($n=37$) de mujeres afronta un nivel de Inseguridad Leve, esto quiere decir que pasan incertidumbre en su dieta alimenticia; un 34,23% ($n=38$) vivencia Inseguridad Moderada padeciendo reducciones en las porciones de sus insumos

alimenticios; y un 10.81% (n=12) sufre de Inseguridad Grave, experimenta la privación frecuente de alimentación.

Paralela a esta realidad, los datos obtenidos de la población autodeclarada masculina representa a 106 alumnos del cuerpo de estudio, lo cual resalta mayor vulnerabilidad en comparación con el género femenino. Tan solo el 7.55% (n=8) se encuentra en Seguridad Alimentaria siendo una gran diferencia en comparación con el sector femenino. La mayor parte de la población masculina (92.45%) se concentra en las categorías de riesgo: el 40.57% (n=43) se ubica en Inseguridad Leve, un 13.21% (n=41) está en Inseguridad Moderada; y por último, el 36.68% (n=14) afronta Inseguridad Grave. Ante esta realidad expuesta, resulta claro que los estudiantes varones encuestados presentan un rango superior a experimentar restricción y limitación en su alimentación diaria.

Además, los dos géneros restantes se encuentran en un nivel de preocupación. En el grupo del género Não binário existen dos estudiantes (0.90% de la muestra); lo cual, un individuo (50%) está en situación de Seguridad Alimentaria mientras que el otro (50%) en Inseguridad Leve, en ese mismo nivel se encuentran las categorías Prefiro não dizer y Otro. Siendo para estos casos, una constante preocupación e incertidumbre psicológica.

En síntesis, analizándolo desde un punto de riesgo vivencial que compromete la situación alimentaria diaria en los estudiantes en padecer privaciones de cantidades en lapsos concurrentes. Las categorías de Inseguridad Moderada y Grave en relación al total general (n=221) del cuerpo estudiantil encuestado, marcan una afectación para la población femenina de un 45.04% de alumnas y para el cuerpo estudiantil masculino genera un mayor impacto con el 51.89%, comprometiendo para ambos grupos su situación alimentar degradado. No obstante, con relación a la categoría de Seguridad Alimentaria por género hay una realidad desproporcionada en torno a estos dos grupos (21.62% en mujeres frente a 7.55% en hombres), lo que infiere que la población auto identificada como masculina enfrenta mayor dificultad socioeconómica o dispone de menos redes de apoyo para poder sostener una adecuada base alimentar dentro de su entornos universitario.

A.3 Distribución de la Inseguridad Alimentaria según Autodeclaración Étnico-Racial de la población del ILAESP.

Otro eje fundamental para evaluar el perfil sociodemográfico de la población estudiantil es la autodeclaración Étnico-Racial, la cual se analiza en cruce con los niveles de la FIES. Con el fin de respetar la diversidad de identidades presentes en una comunidad multinacional como la UNILA, dentro de las opciones incluidas en el cuestionario de recolección de datos se consideraron las siguientes clasificaciones: persona blanca (o), negra (o), amarilla, parda, indígena, así como la opción abierta de “Otro” (tal cuestionario aplicado puede ser consultado en el apéndice de este trabajo).

Al igual que en las secciones anteriores, los indicadores analizados en la Tabla A.3 corresponden a una organización porcentual horizontal (porcentaje por filas), lo que permite evaluar la distribución de escala FIES dentro de cada identidad para una comparación objetiva de los grupos. Sin embargo, los valores en la última columna (Total General %) contiene la representatividad de cada grupo étnico-racial con relación al total absoluto de la muestra (N=221), permitiendo identificar por cada etnia las vulnerabilidades en su dieta dentro del Instituto.

Tabla 3 - Distribución de los grupos Étnico-Racial en estudiantes de ILAESP, según su nivel de Escala FIES, 2025.

Identidad Étnico-Racial	S.A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General (%)
Amarillo	22.22% (2)	33.22% (3)	33.33% (3)	11.11% (1)	4.07% (9 de 221)
Blanco	20.93% (18)	39.53% (34)	33.72% (29)	5.81% (5)	38.91% (86 de 221)
Criollo	0%	0%	0%	100% (1)	0.45% (1 de 221)
Indígena	0%	26.67% (8)	36.67% (11)	36.67% (11)	13.57% (30 de 221)
Mestizo	0%	100% (3)	0%	0%	1.36% (3 de 221)
Parda	20.69% (12)	39.66% (23)	34.48% (20)	5.17% (3)	26.24% (58 de 221)

Negro	3.13% (1)	34.38% (11)	46.88% (15)	15.63% (5)	14.48% (32 de 221)
Otro	0%	0%	100% (2)	0%	0.90%% (2 de 221)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Al analizar el cuadro superior A.3 los porcentajes internos dentro de la escala FIES se distribuyen dependiendo de cada grupo Etnico-Racial. Sin embargo la última columna (Total general %) muestra la representatividad real de cada Etnia sobre el total de la muestra (n=221). Por consiguiente se observa, que los grupos de mayor concentración en la investigación son los autodeclarados Blancos (38.91%) y los Pardos (26.24%); seguida de los grupos intermedios autodeclarados como Indigenas (13.57%) y Negros (14.58%); y finalmente, los grupos con mejor porcentaje en la población total siendo los autodeclarados Amarillo (4.07%), Criollo (0.45%) y Mestizo (1.36%).

Se concluye mediante la tabla inferior, que dentro del nivel de Seguridad Alimentaria los estudiantes autodeclarados como Blancos, Pardos y Amarillos presentan perfiles de mayor grado dentro de esta escala en comparación a los otros grupos.

Por consiguiente, la población autodeclarada como Blancos presenta un 20.93% (n=18); ubicando el resto de sus alumnos en distintos niveles de afectación; la porción de alumnos dentro de la escala de Inseguridad Leve consta de un 39,53%b (n=34); con respecto al rango de Inseguridad Modera demarca un 33.72% (n=29) de estudiantes; y finalmente, en un rango menor de 5.81% (n=5) estudiantes de Inseguridad Grave.

En semejanza de escala, el cuerpo estudiantil autodeclarada Parda cuenta con un 20.69% (n=12) de universitarios con Seguridad Alimentaria, ahora bien, el resto de su población se sitúa en niveles intermedios de impacto con un 39.66% (n=23) en escala Leve y un 34.48% (n=20) en Moderada, siendo el 5,17% (n=3) en escala de gravedad.

Con relación a los estudiantes autodeclarados Amarillos, se observa que el nivel de Seguridad Alimentaria cuentan con un 22.22% (n=2); pese a estos datos,

hay una similitud de rango de Seguridad Leve y Moderada en ambos niveles con un 33.33% del grupo, a la vez un 11.11% se sitúa en el extremo de Inseguridad Grave.

En segunda instancia, se describen las condiciones en las que se encuentran los estudiantes autodeclarados Indígenas y Negros. Si observamos el nivel de Seguridad Alimentaria respecto a los estudiantes autodeclarados Pretos, únicamente el 3.13% (n=1) se encuentra en un rango seguro. Caso contrario, gran cantidad de su población se localiza en un grado de afectación: el nivel con mayor persistencia es el de Inseguridad Moderada con un 46.88% (n=15), le sigue la Inseguridad Leve con un 34.38% (n=11) y un 15.63% (n=5) padece de condición grave. En contraste, los autodeclarados Indígenas no gozan de Seguridad Alimentaria (0%) en comparación de los otros descritos anteriormente, en consecuencia, el 26.6% (n=8) presenta Inseguridad Leve, un 36.67% (n=11) en Inseguridad Moderada y en un rango de severidad con 36.67% (n=11). Lo cual implica, que en su totalidad la población estudiantil de este grupo étnico padece de hambre o privación total de alimentos de manera recurrente.

Siguiendo esta características de grupos que no gozan de Seguridad Alimentaria, le siguen los autodeclarados Criollos, al tener vulnerabilidad absoluta en sus registros al contar con el 100% de su población en Inseguridad Grave. Los autodeclarados Mestizos se ubican en una situación de riesgo inicial con síntomas de preocupación e incertidumbre por contemplar sus suministros de alimentos. Por último, los autodeclarados como Otros se concentran bajo un rango de Inseguridad Moderada con un 100% (n=2).

En conclusión, los datos analizados permiten observar que el fenómeno de la Inseguridad Alimentaria afecta a la gran mayoría de la población estudiantil del ILAESP; sin embargo, la vulnerabilidad no es equitativa siendo algunos grupos los más afectados.

A.4 Descripción comparativa del Estado Alimentario de la Población de ILAESP, según su País de procedencia.

Para culminar el Tomo 1 de variables sociodemográficas, se examina la situación de vulnerabilidad bajo un enfoque de procedencia geográfica; con ello, se

logra descifrar si la movilidad académica es un factor que coloca en riesgo al estudiante. Por consiguiente, al tratarse de una universidad multinacional resulta indispensable analizar si existen desigualdades entre alumnos nacionales e internacionales dentro del instituto así como se muestra en la primera tabla A.4.1 presentada a continuación.

Con el fin de garantizar una comparación exacta de los grupos con tamaños diferenciales, los indicadores usados en la tabla se basan en una distribución porcentual horizontal (porcentaje en filas). Cabe resaltar, así como los cuadros anteriores que los valores en la última columna (Total General %) contiene la representatividad de cada grupo (nacional e internacional) con relación al total absoluto de la muestra.

Tabla 4 - Distribución de los niveles de Escala FIES según su procedencia nacional o internacional de los estudiantes del ILAESP, 2025.

País de Origen	S.A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General (%)
Nacionales (Brasil)	23.33% (28)	39.17% (47)	25.83% (31)	11.67% (14)	54.30% (120 de 221)
Internacionales	4.95% (5)	34.65% (35)	48.51% (49)	11.88% (12)	45.70% (101 de 221)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Al analizar los dos grupos dentro de la muestra, se interpreta que el colectivo Nacional (Brasil) cuenta con 120 estudiantes, en la que registra una tasa más alta de Seguridad Alimentaria con un 23.33% (n=28), posicionándose como el sector con mejor estabilidad para poder suplir sus necesidades alimentarias. La distribución de su vulnerabilidad, consta de mayor presencia en el rango de Inseguridad Leve con el 39.47% (n=47) y un 25.85% (n=31) en Inseguridad Moderada. El 11.67% (n=14) de su muestra se ubica en un nivel de afectación grave.

Con relación al colectivo Internacional, el total de estudiantes es de 102 que involucran a diversas nacionalidades latinoamericanas y caribeñas. Tal colectivo se enfrenta a una situación alarmante en la que solo el 4.95% (n=5) alumnos se

encuentran en Seguridad Alimentaria; lo que hace visible, las barreras económicas y contexto migratorio difieren en ambos grupos. El nivel que presenta mayor número de universitarios extranjeros es la Inseguridad Moderada con un 48.51% (n=49); quiere decir que han experimentado una reducción forzada en sus porciones alimenticias o han tenido que modificar negativamente la composición de su dieta tradicional debido a la falta de recursos. Un 34.65% padece de Inseguridad Leve. A su vez, el 11.88% (n=12) de su población sufre Inseguridad Grave.

Con la finalidad de ofrecer un panorama general, la siguiente tabla desglosa la situación en la que se encuentran los alumnos por país de procedencia. Al igual que en el cuadro anterior, se procura garantizar una comparación exacta debido al tamaño de la muestra. Por consiguiente los indicadores usados en este desglose detallado por países se organizan en una distribución porcentual lineal, donde el 100% (Total General, en el cuadro) contiene la representatividad de cada país con relación al total absoluto de la muestra.

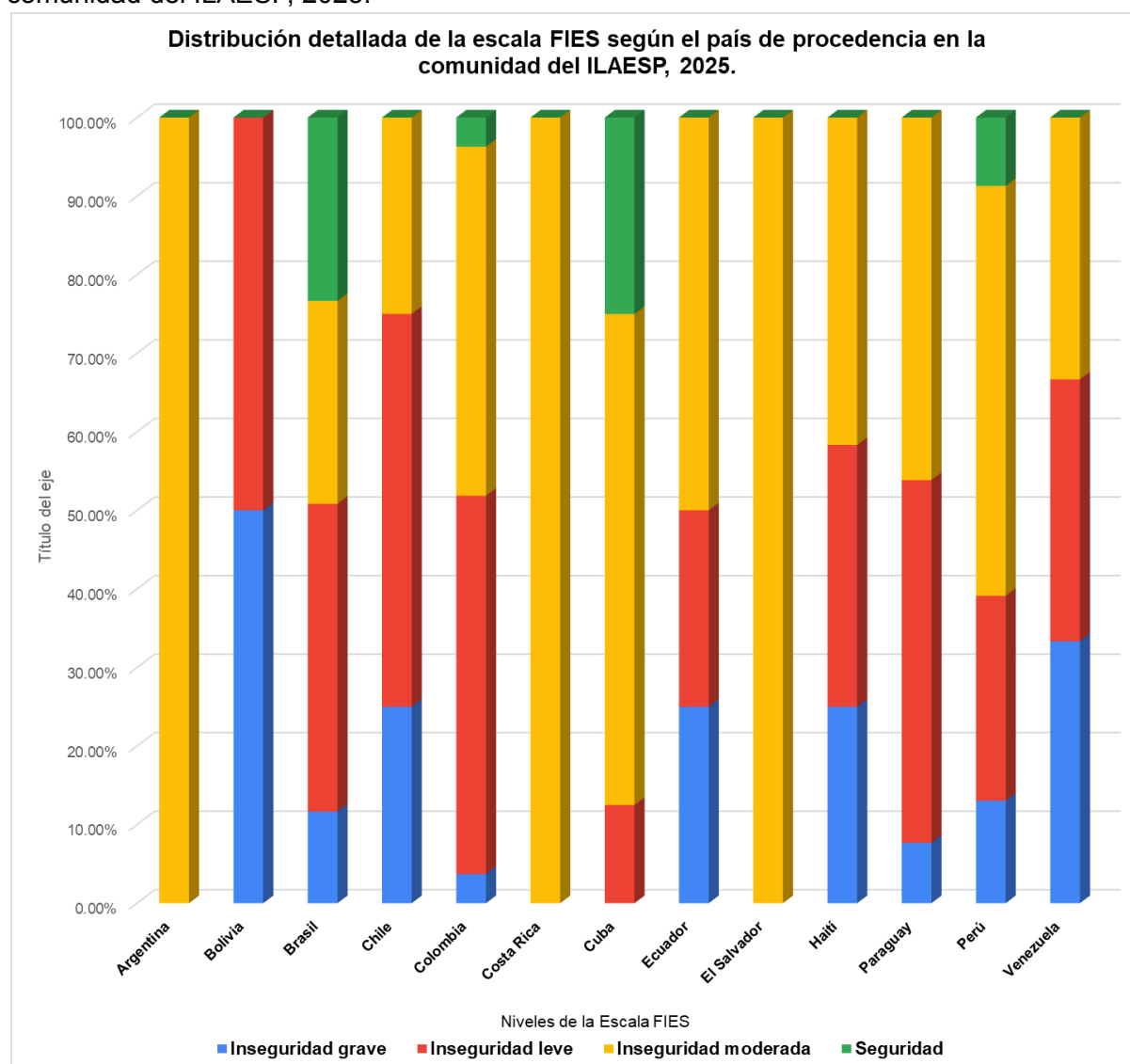
Tabla 5 - Distribución detallada de la escala FIES según el país de procedencia en la comunidad del ILAESP, 2025.

País de Origen	S.A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General (%)
Argentina	0.00%	0.00%	100.00% (3)	0.00%	1.36% (3)
Bolivia	0.00%	50.00% (1)	0.00%	50.00% (1)	0.90% (2)
Brasil	23.33% (28)	39.17% (47)	25.83% (31)	11.67% (14)	54.30% (120)
Chile	0.00%	50.00% (2)	25.00% (1)	25.00% (1)	1.81% (4)
Colombia	3.70% (1)	48.15% (13)	44.44% (12)	3.70% (1)	12.22% (27)
Costa Rica	0.00%	0.00%	100.00% (1)	0.00%	0.45% (1)

País de Origen	S.A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General (%)
Cuba	25.00% (2)	12.50% (1)	62.50% (5)	0.00%	3.63% (8)
Ecuador	0.00%	25.00% (1)	50.00% (2)	25.00% (1)	1.81% (4)
El Salvador	0.00%	0.00%	100.00% (1)	0.00%	0.45% (1)
Haití	0.00%	33.33% (4)	41.15% (5)	25.00% (3)	5.43% (12)
Paraguay	0.00%	46.15% (6)	46.15% (6)	7.69% (1)	5.88% (13)
Perú	8.70% (2)	26.09% (6)	52.17% (12)	13.04% (3)	10.41% (23)
Venezuela	0.00%	33.33% (1)	33.33% (1)	33.33% (1)	1.36% (3)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Gráfico 3. Distribución detallada de la escala FIES según el país de procedencia en la comunidad del ILAESP, 2025.



Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Primeramente, se tomará los países internacionales con presencia de Seguridad Alimentaria (S.A). Dentro de este grupo, se encuentra Cuba (n=8) registra el mayor porcentaje de seguridad de esta bloque 25.00% (n=2), aunque el resto de su población padece de Inseguridad Moderada (62.50%); le sigue, Perú (n=23) que cuenta con solo el 8.70% (n=2) de seguridad dejando al resto de su población en un estado de Inseguridad Leve de 16.09% (n=6), Moderada de 52.17% (n=12) y un 13.04% (n=3) en el nivel de gravedad. Finalmente Colombia (n=27), apenas el 3.70% (n=1) presenta estabilidad alimentaria, dejando a casi toda su población

distribuida en una situación de Inseguridad Leve 48.15% (n= 13) y Moderada 44.44% (n=12).

El segundo perfil crítico se caracteriza por el 0% de Seguridad Alimentaria en la población de ILAESP. Dentro de este bloque, se encuentra Paraguay, Haití y Chile donde la totalidad de sus alumnos padecen Inseguridad Alimentaria en algún grado de afectación. En el caso de los estudiantes de Paraguay (n=13), los alumnos se dividen porcentualmente igualitario en un 46.15% (n=6) en el rango Leve y un 46.15% (n=6) en Moderada. Mientras tanto, la población Haitiana muestra un porcentaje de Inseguridad Leve 33.33% (n=4), en el nivel de Moderada 41.15% (n=5) y en Grave 25.00% (n=3), siendo uno de los dos países junto a Perú con mayor presencia de estudiantes en este último nivel en la población extranjera.

Además los países con menor densidad de población pero con total afectación de presencia en Inseguridad Moderada padeciendo de limitaciones y disminución en sus insumos alimentarios diarios serían en su totalidad 3 alumnos Argentinos , 1 alumno de Costa Rica y 1 alumno de El Salvador, todos ellos al 100% de totalidad del cada país. Finalmente, en el caso de Bolivia su población total se encuentra dividida en un 50.00% (n=1) en Inseguridad Leve y un 50.00% (n=1) en Inseguridad Grave. Un caso similar se observa con Venezuela, cuyo tres únicos estudiantes se sitúan en un nivel de afectación siendo exactamente iguales (33.33% para cada grado de Inseguridad).

A.6 Realidad de la Inseguridad Alimentaria según la Recepción de Subsidios de la comunidad de ILAESP.

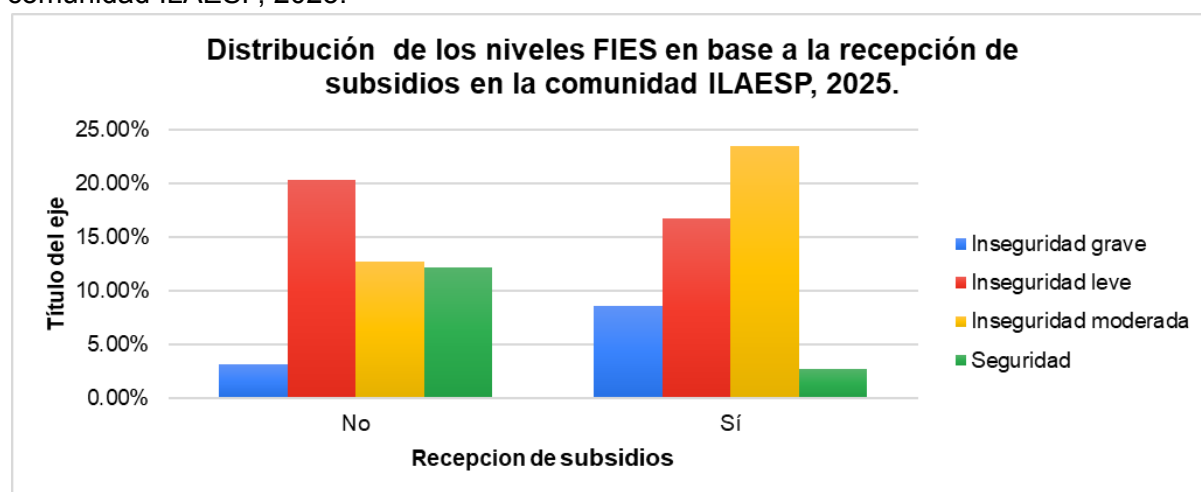
Para evaluar la efectividad de las políticas de asistencia y de permanencia estudiantil, se cruzaron los niveles de Escala FIES en base a algún tipo de subsidio institucional (SÍ) o los que carecen de Apoyo (NO). Los datos arrojan una disparidad en la distribución.

Tabla 6 - Distribución de los niveles FIES en base a la recepción de subsidios en la comunidad ILAESP, 2025.

Recepción de subsidios	S.A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General (%)
No	25.2% (27)	42.1% (45)	26.2% (28)	6.5% (7)	48.42% (107)
Si	5.2% (6)	32.5% (37)	45.6% (52)	16.7% (19)	51.58% (114)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Gráfico 4. Distribución de los niveles FIES en base a la recepción de subsidios en la comunidad ILAESP, 2025.



Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Los datos del cuadro superior revelan una realidad compleja. El hecho de recibir auxilios institucionales no garantiza mantener a los estudiantes lejos de la vulnerabilidad alimentaria. Dentro de la población con subsidios (Sí), tan solo el 5.2% (n=6) alcanza la Seguridad Alimentaria. Por el contrario, concentra al resto de su población (94%) dentro de los grados de Inseguridad Alimentaria; en primera instancia, la Inseguridad Moderada representa al 45.6% (52) de los alumnos. El grupo de la inseguridad grave es mayor que los NO subsidiados con 16.7% (19). Su nivel de Inseguridad Leve se mantiene en 32.5% (37), menor que el otro grupo.

La población sin subsidios exhibe una mayor estabilidad. Esto quiere decir, que el 25.23% (n=27) del total muestral (107) goza de Seguridad Alimentaria. Sin embargo, sus niveles de riesgo se centran en un 74% de su población; de los cuales, el grado de Inseguridad Leve consta de 42.1% (45) siendo mayor, seguido del rango Moderado 26.2% (28); y por último, el menor porcentaje de los niveles de

afectación, nivel grave con un 6.5% (7).

Por consiguiente, mediante estos datos se infiere que los subsidios institucionales en esta investigación si están parcialmente direccionados a la población con mayor afectación de los rangos críticos y perjudiciales de la escala FIES. No obstante, el hecho que el 62.28% de los estudiantes becados sigan sufriendo de inseguridad alimentaria moderada y grave, develan que pese a la cobertura y amplitud de los subsidios por parte de la universidad no es suficiente para suplir las necesidades de acceso nutricional que requiere cada estudiante. Por consiguiente, estas políticas institucionales no logran erradicar las privaciones y el hambre prolongada de los estudiantes universitarios del instituto del ILAESP. Siendo importante un replanteo de las políticas de asistencia dentro del marco institucional de la UNILA.

A.7 Percepción del riesgo alimentar según la cantidad de Subsidios que reciben los estudiantes del ILAESP

Con el fin de evaluar sí la cantidad de beneficios que reciben los estudiantes universitarios dentro del ILAESP logran mitigar la persistencia de vulnerabilidad en su realidad alimentaria. Se procedió a analizar mediante los niveles de la escala FIES en función del número de subsidios recibidos que posee un estudiante (de 0 hasta 5).

Cabe resaltar que estos subsidios acumulados comprende tanto los programas de asistencia estudiantil otorgados por la universidad, así como por parte del programa de renta familiar a nivel federal (Bolsa Família); específicamente: Auxílio alimentação da Unila (valor monetário completo), Auxílio complementación (Valor monetario + menor tasa de pago en R.U), Auxílio moradia da Unila y el programa Bolsa Família. De este modo, se buscó organizar la información mediante una escala ascendente de 0 a 4. El primer nivel cero (0), agrupa a aquellos estudiantes que no reciben ni uno de los cinco tipos de beneficios mencionados anteriormente. A partir de este nivel, la siguiente escala de uno a cuatro se infiere que serán analizados dependiendo el acumulo de subsidios. Por consiguiente, los valores de cada fila contiene la representatividad de cada grupo (cantidad de

recepción o no de auxilios) y finalmente la última columna (Total General %) contiene la representatividad de cada grupo (recepción o no de auxilios) con relación al total absoluto de la muestra.

Tabla 7 - Percepción del riesgo alimentar según la cantidad de beneficios acumulados por los estudiantes del ILAESP, 2025.

Cantidades de Subsidios	S.A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General
0	23.14% (28)	42.15% (51)	25.62% (31)	9.09% (11)	54.75% (121)
1	7.69% (2)	23.08% (6)	46.15% (12)	23.08% (6)	11.76% (26)
2	7.69% (3)	33.33% (13)	53.85% (21)	5.13% (2)	17.65% (39)
3	0.00%	32.26% (10)	45.16% (14)	22.58% (7)	14.03% (31)
4	0.00%	50.00% (2)	50.00% (2)	0.00%	1.81% (4)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Al analizar al cuerpo de alumnos que no reciben ningún tipo de subsidios (0), se observa que este sector cuenta con mayor porcentaje 54.75% (107) de alumnos del total general (N=221) que no acceden a ninguno de los cinco subsidios, además de predominar la tasa más alta de Seguridad Alimentaria con un 23.14% (n=28) de alumnos y la menor presencia en Inseguridad Grave con un 9.09% (n=11). Este sector centra una mayor predominancia en el nivel de Inseguridad Leve 42.15% (n=51) teniendo preocupación en saber cómo podrán suplir sus necesidades alimentarias, y en moderada 25.62% (28) limitándose en las porciones de comidas diarias.

Al ingresar al sistema de apoyo, se ve una decadencia en la seguridad alimentaria de los estudiantes. Para la población estudiantil que accede a 3 a 4 subsidios la S.A cae en un 0.00%, colocando a toda su población en riesgo crítico sin dejar de lado un punto importante, que son la población menos densa en esta

pesquisa; entonces, 1.81% (n=4) de alumnos que cuentan con 4 tipos de auxilios mantiene a la mitad de su población 50.00% (n=2) en Inseguridad Moderada, la otra mitad se divide en Inseguridad Leve con 50.00% (n=2). En este caso no hay registro de Seguridad ni en Inseguridad Grave (0.00%).

Ahora bien, los alumnos que cuentan con 1 a 3 subsidios presentan mayor presencia en Inseguridad Moderada teniendo. Se infiere que los universitarios que cuentan con 1 subsidio tiene 11.76% (n=26) de alumnos, ante este número la Seguridad Alimentaria cae a un 7.69% (n=2), mientras que la Inseguridad grave presenta un 23.08% (n=6). Los demás rangos se encuentran entre Inseguridad Moderada de un 46.16% (n=12) siendo la mayor cifra en este grupo, y le sigue la inseguridad Leve 23.08% (n=6). En el caso de los estudiantes que consiguen recibir 2 diferentes subsidios la S. Alimentaria es mucho menor, siendo el 7.69% (n=3) de su porcentaje muestral 17.65% (n=39); en contraste, el grado de Inseguridad Moderada es predominante a los otros grupos con un 53.85% (n=21), el 33.33% (n=13) se encuentra en I. Leve y el 5.13% (n=2). Con relación a la población intermediaria que cuenta con 3 subsidios, se percibe la anulación del grado de Seguridad Alimentaria es 0.00% en toda su población muestral de 14.03% (n=31), donde 45.16% (n=14) de sus estudiantes no consiguen ingerir las cantidades necesarias de alimentos, el 32.26% (n=10) se preocupa por no saber que poder comer y por último, la Inseguridad Grave cuenta con un 22.58% (n=7) de su población no logra alimentarse en días prolongados.

Vale la pena destacar que los estudiantes que ingresan en los subsidios son los que tienen las mayores condiciones de vulnerabilidad previa. En síntesis, esta información obtenida nos recalca que la asignación de múltiples apoyos está direccionada a la realidad de vulnerabilidad afrontada por el estudiante. Por consiguiente, la acumulación de beneficios no es una solución prolongada que asegure mantener la seguridad alimentaria en los alumnos; por la cual, los subsidios son apenas un apoyo que logra mitigar ciertas dificultades para la permanencia estudiantil.

A.8 Distribución de la muestra estudiantil según su identidad de género autodeclarada y la recepción de subsidios institucionales.

Una vez descritos los cuadros anteriores, en esta parte se busca profundizar la información con relación a la recepción de subsidios en cuanto a los géneros autodeclarados de los estudiantes de la Institución. Por consiguiente, los valores de cada fila contiene la representatividad de cada cada grupo (Identidad de género) y finalmente la última columna (Total General %) contiene la representatividad de cada grupo (generó autodeclarado) con relación al total absoluto de la muestra.

Tabla 8 - Distribución de la muestra estudiantil según identidad de género autodeclarado y la recepción de subsidios institucionales, 2025.

Género (autodeclarado)	No recibe subsidios	Si recibe subsidios	Total General (%)
Femenino	50.45% (56)	49.55% (55)	50.23% (111 de 221)
Masculino	45.28% (48)	54.72% (58)	47.96% (106 de 221)
No binário	100.00% (2)	0.00%	0.90% (2 de 221)
Prefiero no decir.	100.00% (1)	0.00%	0.45% (1 de 221)
Otro	0.00%	0.00% (1)	0.45% (1 de 221)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Al examinar la tabla de Identidad de Género autodeclarada con el acceso de apoyo institucional, se observa una distribución casi equitativa en la asignación de subsidios entre los grupos de mayor concentración demográfica obtenida de la encuesta. Del total de 221 alumnos, dentro de la población femenina (n=111), este número se encuentra dividido contando con un 50.45% no recibe ningún tipo de apoyo, y el 49.55% recibe alguna ayuda. En contraposición en la población masculina se evidencia un porcentaje mayor de 54.72% (n=58) beneficiarios frente a un 45.28% (n=48) que no recibe subsidios.

Respecto a las otras identidades “Otro” y “Prefiero no decir”, la baja representatividad de la muestra impide poder realizar una comparación con las otras categorías; no obstante, se identifica que el alumno que se identifica como “Otro” cuenta con beneficio, mientras que los estudiantes de las identidades “No binario” y “Prefiero no decir” no reciben algún tipo de subsidios.

A.9 Evaluación de la escala FIES en relación a la Satisfacción de los estudiantes del ILAESP con el restaurante Universitario.

Con el fin de identificar el impacto del restaurante universitario (RU) en los estudiantes del Instituto del ILAESP, se procura evaluar la satisfacción del servicio en relación a la Seguridad o Inseguridad Alimentaria que enfrentan los alumnos.

La organización de los valores de cada fila contiene la representatividad de cada respuestas de satisfacción por parte de cada estudiante en relación al grado de la Escala FIES cabe resaltar que la última columna (Total General %) contiene la representatividad de cada fila con relación al total absoluto de la muestra (N=221).

Tabla 9 - Percepción del riesgo alimentar según el nivel de satisfacción respecto al uso del Restaurante Universitario por los estudiantes del ILAESP, 2025.

Consideración del RU	S.A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General (%)
No utilizo el RU	15.29% (13)	38.82% (33)	35.29% (30)	10.59% (9)	38.46% (85)
Utilizo y considero insatisfactorio	27.27% (6)	18.18% (4)	50.00% (11)	4.55% (1)	9.95% (22)
Utilizo y considero muy insatisfatório	8.33% (1)	8.33% (1)	58.33% (7)	25.00% (3)	5.43% (12)
Utilizo y considero neutro	15.00% (6)	32.50% (13)	32.50% (13)	20.0% (8)	18.10% (40)
Utilizo y considero satisfatório	9.26% (5)	51.85% (28)	31.38% (17)	7.41% (4)	24.43% (54)
Utilizó y considero muy satisfatório	25.00% (2)	37.50 (3)	25.00% (2)	12.50% (1)	3.62% (8)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

Los usuarios que “NO hacen uso del RU” constituyen a un 38.46% (n=85) siendo el mayor porcentaje de la población total (n=221), dentro de este grupo el 84.70% se encuentra en algún grado de vulnerabilidad, siendo de mayor rango en Inseguridad Moderada con un 35.29% (n=30), Inseguridad Leve en 38.82% (n=33) e Inseguridad Grave en un 10.59% (n=9), tal grupo que no depende su alimentación diaria en el Ru mantiene un 15.29% (n=13) en Seguridad Alimentaria.

Los usuarios que se encuentran en situación de “Insatisfacción” concentran un 50.00% (n=11) de su población en el nivel de Inseguridad Moderada, y manteniendo el porcentaje más bajo en Inseguridad Grave en todos los grupo de satisfacción con un 4.55% (n=1), en cuanto la Inseguridad Leve cuenta con 18.18% (n=4) y finalmente representan un 27.27% (n=6) a la Seguridad Alimentaria, siendo mayor porcentaje de todos los grupos de satisfacción. Ahora bien, los alumnos que consideran con “mucho Insatisfacción” al restaurante universitario, registra el grado Inseguridad Grave en un 25.00% (n=3), seguida de mayor presencia de Inseguridad Moderada con un 58.33% (n=7) e Inseguridad Leve con 8.33% (n=1); por consiguiente, se infiere que los alumnos que evalúan negativamente el servicio padecen algunas leves restricciones en su dieta.

Por otro lado, los alumnos que frecuentan el restaurante y evalúan el servicio en “Neutralidad”, es el segundo grupo mayor del total de la muestra (n=221) que consta de 18.10% (n=40) del total. En ellas, ambos niveles de Inseguridad Moderada y Grave se dividen porcentualmente iguales a 32.50% (n=13) cada una y la Inseguridad Grave en un 20.0% (n=8) siendo poco más de la mitad de su población (52.5%) que viven los grados alimentares críticos de la escala Fies. Por último este grupo, cuenta con un 8.33% (n=1) de Seguridad Alimentaria.

Con relación a los alumnos que acceden al RU y consideran “satisfactorio” cuenta con una totalidad de 24.43% (n=54) de la muestra total (n=221), gran parte de su población se encuentra en Inseguridad Leve con 51.85% (n=28), seguida de Inseguridad Moderada con 31.38% (n=17) de alumnos, Un 7.41% (n=4) en Inseguridad Grave y 9.26%(n=5) de estudiantes en Seguridad Alimentar. Por encunto , el grupo que se evalúa de “muy satisfactorio” es el menos denso con un 3.62% (n=8) de toda la población estudiada (n=221); en ella, tan solo el 25.00% (n=2) se mantiene en Seguridad Alimentar, el resto de los alumnos de este grupo se

ubica con 37.50% (n=3) en Inseguridad Leve, un 25.00% (n=2) de Inseguridad Moderada y finalmente 12.50% (n=1) en Inseguridad Grave.

De modo que, se concluye mediante los grupos mencionados anteriormente que el restaurante universitario amortigua en cierto punto las necesidades de los alumnos; sin embargo, esta calificación depende de su cobertura. Gran Parte de los alumnos de la muestra con mucha insatisfacción se encuentran en Inseguridad Crítica y Moderada (83%) debido a algunas deficiencias como los horarios de atención que chocan con las clases, la distancia en la que se encuentran los restaurantes (PTI y JU) o las limitaciones en el menú. Así mismo, demuestra que la permanencia estudiantil no se garantiza únicamente del acceso al comedor universitario, sino que requiere mejorar la calidad y diversidad de sus insumos.

TOMO 3. Realidad vivencial (Moradia y trabajo) de los estudiantes del ILAESP.

A.10 Inseguridad Alimentaria según la Condición de Vivienda y Alojamiento Estudiantil.

Para identificar cómo influyen el entorno habitacional y los gastos que conlleva para la estabilidad económica de los estudiantes, se procede cruzar los niveles de Escala Fies con las distintas modalidades de residencia indicada por los universitarios.

Los resultados se organizaron porcentualmente por filas (tipo de vivienda) analizando las condiciones de residencia de los estudiantes por los diferentes niveles de escala FIES. Cabe resaltar que la última columna (Total General %) contiene la representatividad de cada fila con relación al total absoluto de la muestra.

Tabla 10 - Percepción del riesgo alimentar según el lugar de moradia de los estudiantes de la UNILA, 2025.

Lugar de Moradia	S.A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General (%)
Alquiler con valor dividido con otras personas	10.34% (9)	41.38% (36)	34.48% (30)	13.79% (12)	39.37% (87)
Alquiler integral (sin dividir el valor con otras personas)	19.70% (13)	36.36% (24)	33.33% (22)	10.61% (7)	29.86% (66)
No vive en la residencia estudiantil, y tampoco paga alquiler	23.36% (10)	41.86% (18)	34.88% (15)	0.00%	19.46% (43)
Reside en el Alojamiento de la UNILA	4.00% (1)	16.00% (4)	52.00% (13)	28.00% (7)	11.31% (25)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

En primera instancia, se analiza a la población estudiantil que presenta mayor rango de población en torno a la muestra total de la investigación (n=221). Mediante los datos se infiere que el cuerpo estudiantil mayoritario corresponde a la modalidad de “Alquiler con el valor dividido con otras personas” teniendo un 39.37% (n=87) del total general de la muestra. Dentro de este grupo solo el 10.34% (9) de sus estudiantes se encuentran en estabilidad alimentar y sus cifras más elevadas se encuentran en los rangos de Inseguridad Leve con un 41.38% (n=36) y en Inseguridad Moderada con un 34.48% (n=30), dejando un 13.79% (n=12) de estudiantes que enfrentan vulnerabilidad crítica.

En segunda instancia, los estudiantes que se consiguen responsabilizarse del “costo integral de su alojamiento” representa al segundo grupo con mayor de la muestra con un 29.86% (n=66). Este grupo se caracteriza por suplir de manera autónoma el costo total del lugar de su vivienda. En este caso, se observa mejores condiciones al grupo anterior de estabilidad alimentar con un 19.70% (n=13); repartiendo sus cifras más altas entre los rangos de Inseguridad Leve con 36.36%

(n=24) y en Inseguridad Moderada con 33.33% (n=22), dejando en un 10.61% (n=7) en situación de Inseguridad Grave.

En relación a los estudiantes que no viven en el alojamiento estudiantil pero también no pagan alquiler, se sobreentiende que residen en viviendas propias, de familiares o alguna situación que los exime del pago de alquiler. Este cuerpo estudiantil no presenta un grado crítico de vulnerabilidad (I.A Grave); en consecuencia, este grupo presenta mayor nivel de Seguridad Alimentaria de todos los grupos con un 23.36% (n=10), concentrando su mayor rango de afectación en el grado de Inseguridad Leve con 41.86% (n=18) y Moderada con un 34.88% (n=15).

Y finalmente, la población que “reside en el alojamiento de la Universidad” muestra una Inseguridad Grave con un 28.00% (n=7) e Inseguridad Moderada en un 52.00% (n=13), de todos los grupos de estudiantes con diferentes alojamientos; por consiguiente, esto demuestra que el 80% de la población estudiantil que residen en el alojamiento de la universidad enfrenta una disminución en la cantidad de alimentos que consumen llevándolos a padecer hambre de forma recurrentes. En contraste a esta realidad, la población con Seguridad Alimentaria en este grupo cuenta con menor porcentaje en un 4.00% (n=1).

En conclusión, al analizar la distribución de la inseguridad alimentaria según el tipo de vivienda, se evidencia que los estudiantes que residen en el alojamiento universitario padecen algún grado de Inseguridad Alimentaria. Sin embargo, en comparaciones a la dimensión poblacional de los otros grupos, este cuerpo estudiantil que accede a la moradia estudiantil es inferior a los otros. Lejos de indicar una falla en las instalaciones o en el apoyo institucional, esta tendencia responde a la inestabilidad habitacional; por la que, el Alojamiento funciona como una red de estabilidad primaria para los alumnos que ingresaron con perfiles marcados por mayores condiciones de vulnerabilidad socioeconómica.

A.11 Análisis de la Escala FIES según la condición laboral de la población estudiantil.

Para finalizar este tomo institucional, un factor importante para analizar

durante el trayecto universitario es el ingreso autónomo que generan los estudiantes. Se entiende que para los universitarios la decisión de trabajar va más allá de un deseo de desarrollo profesional, sino de un plan para conseguir lidiar con los costos de vida vinculados a su permanencia educacional. Por consiguiente, se realiza el cruzan los niveles de la escala FIES en función a la condición de estabilidad laboral de los encuestados. Los resultados corresponden a una organización porcentual horizontal (porcentaje por filas), que revelan la condición de empleo del estudiante y a su vez la sobrecarga de jornadas morales, afectando a su condición alimentaria. Recordar que la columna Total general (%), significa el resultado y porcentaje del total general de la muestra (N=221).

Tabla 11 - Percepción del riesgo alimentar según la condición laboral de los estudiantes de la UNILA, 2025.

Condición Laboral	S. A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total General (%)
Remuneración fija	12.64% (11)	33.3% (29)	36.78% (32)	17.24% (15)	39.37% (87)
Remuneración fija en dos turnos del día.	20.00% (4)	60.00% (12)	10.00% (2)	10.00% (2)	9.05% (20)
Remuneración fija en un turno del día (Mañana o tarde o noche)	29.73% (11)	35.14% (13)	32.43% (12)	2.70% (1)	16.74% (37)
Remuneración ocasional, cuando surgen oportunidades	9.09% (7)	36.36% (28)	44.16% (34)	10.39% (8)	34.84% (77)

Fuente: Elaboración propia con datos de la pesquisa, 2026.

En primera instancia, se examina a la población con mayor número de estudiantes, lo cual sería los estudiantes “sin remuneración fija”. Los datos arrojan que este grupo pasa mayor vulnerabilidad severa con un 17.24% (n=15) debido a la inexistencia de ingresos, le acompaña la Inseguridad Moderada con un 36.8% (n=32) y una Inseguridad Leve 33.3% (n=29). Implica que el 87% del grupo enfrenta algún grado de inseguridad, siendo más de la mitad (54%) de los estudiantes que se encuentran en un rango crítico donde viven restricciones en las cantidades de alimentos y padeciendo hambre en lapsos prolongados. Tan solo el 12.6% (n=11) de

la muestra del grupo de desempleados consiguen asegurar sus condiciones alimentares.

En contraste a esta realidad, los estudiantes mantienen una jornada laboral extensa con un trabajo fijo de dos turnos. La cifra de Inseguridad Leve presenta un porcentaje mayor con un 60.0%, manteniendo a la inseguridad Moderada en 10.0% (2) y grave en 10.0% (2) en un mismo porcentaje. Su seguridad alimentaria se sitúa en un 20.00%.

Los universitarios mantienen una jornada laboral flexible en un turno del día. Abarcan la cifra más alta de Seguridad Alimentaria con un 29.73% de alumnos, sosteniendo a la Inseguridad Grave en un 2.7% (1), distribuyendo el resto de su población en un 35.14% en Inseguridad Leve y un 32.4% (12) moderado.

Los estudiantes que consiguen trabajar ocasionalmente muestran una marcada dificultad nutricional. La cifra con mayor número de alumnos es el nivel de Inseguridad Moderada con un 44.2% (34) y un 36.4% (28) en Inseguridad Leve, ambas altas dentro del grupo. Dejando a la Seguridad alimentaria en un 9.1% (7) y en el nivel de Grave con 10.4%(8).

Se concluye que el ingreso económico con la distribución de tiempo equitativo entre horas laborales y de estudio determina la estabilidad en la situación de seguridad alimentaria del alumno. Si bien, se entiende que el desempleo desemboca a padecer vulnerabilidad crítica en la alimentación (17.2%), la otra parte que se encuentra en empleo ocasional genera un incertidumbre crónica (44.2%) por no saber cómo suplir su necesidades básicas nutricionales, desencadenando una crisis alimentaria y psicológica que afecta drásticamente en su situación académica.

Por consiguiente, la remuneración fija no significa exactamente una estabilidad nutricional constante, debido a que la ganancia está destinada de manera inmediata a cubrir costos de alquiler, transporte y servicios básicos, dejando un margen mínimo para la adquisición de alimentos en cantidad y calidad adecuadas. En contraste, aquellos estudiantes que no consiguen mantener una adquisición monetaria constante; adicional de los subsidios, y mantienen niveles más altos de seguridad alimentaria suelen contar con una red de soporte familiar previa que amortigua sus gastos de subsistencia en Brasil.

3.3 Análisis y Discusión de los Datos

En este apartado se profundiza el análisis de los datos mostrados anteriormente, estableciendo un diálogo crítico entre los hallazgos de la escala FIES y la realidad vivencial de los estudiantes del Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política (ILAESP) de la UNILA. Para ello, se retoma el objetivo de la investigación con el fin de evaluar y comparar cómo las características demográficas y el acceso de diversos subsidios estudiantiles influye en los niveles de seguridad alimentaria de los alumnos, estableciendo un análisis entre el marco teórico desarrollado.

En primera instancia la investigación cuenta con un total de 221 alumnos encuestados en el año 2025. Los datos recolectados en la investigación demuestran que solo un segmento de la población estudiantil logra mantenerse en situación de Seguridad Alimentaria dejando a los restantes en diferentes grados de vulnerabilidad. De hecho, el 85% de estudiantes se encuentran en algún grado de Inseguridad alimentaria, a diferencia de la población que se encuentra en Seguridad Alimentar con un 14.93% representando apenas a 33 alumnos. Al desmenuzar se observa que hay una mayor presencia de alumnos en Inseguridad Moderada y Leve; lo cual, se infiere que los estudiantes de graduación padecen temores sobre su alimentación futura y sufren limitaciones en la calidad y cantidad de alimentos.

Para comprender las bases del objetivo de esta investigación, resulta relevante analizar la problemática de la vulnerabilidad alimentaria con relación a la recepción de subsidios de toda la población estudiada. Al observar la muestra general de 221 encuestados, se evidencia que el 51.58% (114 alumnos) reciben algún tipo de apoyo económico o auxilio estudiantil, mientras que el 48.42% (107 alumnos) no cuenta con beneficios. Sin embargo, al evaluar esta recepción o no de subsidios con los resultados de la Escala FIES, nos dice que el hecho de recibir auxilios institucionales no garantiza mantener a los estudiantes lejos de la vulnerabilidad alimentaria. Si bien, mediante la tabla 5 que expone los subsidios recibidos o no por parte de los estudiantes dentro del Instituto, la gran mayoría de los alumnos beneficiados tiene dificultad para alcanzar una seguridad alimentaria

plena. A diferencia, una cuarta parte de la población estudiantil que no recibe subsidios logra satisfacer sus necesidades nutricionales.

Ahora bien, se puede afirmar que la población que padece críticamente disminución en las cantidades de alimentos y lapsos de tiempos prolongados sin poder alimentarse, reciben algún tipo de ayuda económica institucional. En los niveles de Inseguridad Moderada y Grave, el grupo que cuenta con subsidios representa la mayor porción de los afectados en comparación con quienes no reciben apoyo. Por el contrario, en el escenario de los estudiantes que viven en constante preocupación en relación a su futuro alimenticio, la prevalencia es mayor dentro de la población que no cuenta con ningún tipo de beneficio Institucional. Este panorama nos dice que la asistencia económica realmente está direccionada al grupo de población que se encuentra en mayor riesgo de vulnerabilidad y que procura ser un soporte en cierto modo a la población de estudiantes en situación crítica. En ese sentido, los auxilios operan como amortiguador ante las vulnerabilidades que pueden empeorar las condiciones de vida de los estudiantes, más no es un aval completo para poder suplir absolutamente todas las necesidades del ingresante.

Este factor se refuerza con un punto relevante dentro de la investigación; la cual, describe los subsidios acumulados por alumnos. Tal factor evidencia que la relación entre cantidad de beneficios acumulados y severidad de la Inseguridad Alimentaria no es proporcional: a mayor grado de Inseguridad, más beneficios. Así como se muestra, los estudiantes que reciben 2 subsidios concentra mayor tasa de Inseguridad Moderada (53.85%) y los estudiantes que reciben 4 subsidios no cuentan con Seguridad Alimentaria, repartiendo a toda su población en algún grado de vulnerabilidad. Por lo que se infiere, que los subsidios otorgados no logran asegurar que el estudiante mantenga una seguridad plena prolongada, más podemos intuir que ante la ausencia de estos beneficios aumentaría el riesgo de vulnerabilidad en la población, quiere decir que habría una elevación en la cantidad de alumnos que padecen vulnerabilidad en rango crítico. Cabe resaltar que, mediante los datos obtenidos dentro de la investigación se posibilita describir y caracterizar las manifestaciones en diversos rangos de la escala FIES (seguridad e inseguridad); pero, no establecen que un factor pueda ser justificado de manera

causal con otro factor. Ya que la inseguridad alimentaria es un fenómeno determinado por múltiples variables dependiendo la experiencia de vida del individuo. Para profundizar en el análisis, resulta importante examinar si existen diferencias de Seguridad e Inseguridad en los alumnos entre las diversas variables tomados en la investigación como el género autodeclarado y dimensión étnico racial, la cantidad de estudiantes nacionales e internacionales dentro de esta problemática, el uso del restaurante universitario, la recepción o no de subsidios junto con la cantidad de estos ante los grados de la FIES, así como la condición de vivienda del estudiante y la situación laboral de los encuestados.

Al comprender la distribución de la Escala FIES según la identidad de género autodeclarada por parte de los estudiantes, se observa que la población femenina representa la mitad de la muestra (50.23%), con una presencia levemente superior a la masculina (47.96%). Aunque ambos grupos presentan una alta prevalencia de Inseguridad Alimentaria Leve y Moderada; siendo el caso de mujeres un 67.56% de su muestra y en hombres con un 79.24% de su muestra. Respecto al grupo femenino que logra suplir sus necesidades son en un 21.62% y el grupo masculino cuenta en este nivel con un 7.55%, mucho menor en comparación al grupo femenino. Ahora bien con los grupos de identidad: "Otro", "Prefiero no decir" y "No binario", debido a la baja representatividad que figuran en la muestra total, no puede ejercerse una comparación estadística con los otros grupos de identidad; pese a ello, estos manifiestan un grado de vulnerabilidad, evidenciando la situación compleja en la que se encuentran los alumnos del Instituto.

A partir de estos datos de género, se comprende que los hombres se encuentran en una posición mucho más precaria para garantizar su estabilidad nutricional en comparación con las mujeres. Para conocer esta desventaja en torno a la población masculina, se analiza la distribución de la identidad de género según la recepción de subsidios. En este caso el 49.55% de la población femenina reciben apoyo, mientras que en el cuerpo estudiantil de varones reciben apoyo el 54.72%, siendo un porcentaje mayor que el femenino. Por consiguiente, surge una interrogante: si los hombres reciben casi igual cantidad de apoyos institucionales por que su seguridad alimentaria sigue siendo menor? Contextualizando aquella pregunta, tomamos en cuenta el marco teórico desarrollado, mediante el SICIIV se infiere que

el grado de vulnerabilidad que puede estar expuesta una persona o grupo determinado es debido por la exposición a factores de riesgo y su capacidad de afrontar o resistir a situaciones problemáticas. Además, la FAO refuerza este enfoque al explicar que la persistencia de Inseguridad Alimentaria se le atribuye diversos factores que varían en regiones, países y grupos sociales. Siendo una situación que entra en el perfil de los estudiantes migrantes que ingresan a la UNILA.

Por consiguiente, se analiza la procedencia Nacional e Internacional de los estudiantes en la UNILA en relación a la seguridad e Inseguridad alimentaria que pueden estar afrontando ambos grupos, para conocer si estos factores son determinantes en su permanencia estudiantil. Al observar los datos de la muestra total, se percibe que los estudiantes nacionales (Brasil) representan un 54.30% y los internacionales constituyen el 45.70%, al analizarlo con los niveles de la escala FIES, la condición de seguridad alimentaria mantiene una disparidad evidente. El 23.33% nacionales se encuentran en Seguridad Alimentaria logrando complacer sus necesidades biológicas, en cambio los estudiantes Internacionales, solo el 4.95% se encuentra en estado óptimo. Lo cual evidencia que el 95.04% restante de la población se encuentra en algún grado de vulnerabilidad. Ahora bien, el grupo Nacional presenta 39.17% que mantienen una incertidumbre a futuro en el acceso a alimentos (I.A Leve), en contraste a los internacionales que cuentan con el 34.65%. La población que cuenta con mayor restricción en la calidad y cantidad de alimentos consumidos abarca a casi la mitad de extranjeros con un 48.51% de su muestra, a una leve diferencia en relación a los nacionales con un 25.83%. Por otro lado, la Inseguridad grave en ambos grupos presenta una similitudes preocupante, al contar con 11.67% en nacionales y un 11.88% extranjeros. Este punto se refuerza con lo que Maluf señala cuando describe que la vulnerabilidad al hambre se identifica a través de indicadores indirectos, como el nivel de ingresos, la edad o la pertenencia a cierto grupos étnicos, si bien estos indicadores no miden exactamente el estado nutricional, muestran las condiciones que pueden aumentar riesgo en la Seguridad Alimentaria de los estudiantes.

De esta forma para los estudiantes internacionales la condición de ser migrante actúa como un factor de riesgo, como se mencionó anteriormente. El

hecho de vivir una transición territorial al mudarse a un nuevo lugar de residencia, tener barreras en la inserción laboral legal y la ausencia de redes familiares hace que su proceso de adaptación en torno a su permanencia estudiantil se vea debilitada. Mientras que algunos estudiantes Brasileños cuentan con una mejor adaptación a su entorno, el estudiante internacional padece limitaciones; por ende, ante cualquier situaciones de desajuste o limitación económica llega a ser un causal para colocar al estudiante en un rango de vulnerabilidad.

Por otra parte, las desigualdades en el acceso a una alimentación adecuada no solo se manifiestan a través del género o condición migratoria, sino también se agudizan por otros factores como la identidad étnico-racial de los encuestados. Al evaluar la distribución de estos grupos bajo la premisa de la escala FIES, se constata que la población Blanca presenta al número mayoritario de la muestra, seguida de población Parda, la población Negra y la Indígena. Al observar el amplio panorama de los estudiantes Negros e Indígenas no solo representan la tasa mas baja de Seguridad Alimentaria, sino que mantiene a su población dentro de los niveles críticos de vulnerabilidad (Inseguridad Moderada y Leve) en comparación de la población Blanca.

Se concluye que estas cifras son un retrato de la realidad estudiantil en el momento de aplicación de la encuesta. Lo que evidencia que las poblaciones marcadas históricamente por dificultades vivenciales debido a su origen y las ciertas desventajas acumuladas fuera del contexto universitario como la disparidad estructural en la inserción académica universitaria hace que estos alumnos depende casi por completo de la asistencia institucional que pueden obtener para sobrevivir, exponiéndolos y dejándolos en riesgo constante y de incertidumbre por su permanencia.

En este sentido, el Restaurante Universitario se destaca como el principal subsidio que posee la institución vinculado con la escala FIES, siendo una política de permanencia con mayor relevancia con este punto. Al observar los datos, nos dice que los estudiantes que logran acceder al RU consiguen mitigar el rango de Inseguridad Grave. Si bien, una parte significativa de la muestra no utiliza el RU (85 alumnos), los usuarios que sí logran acceder se distribuyen según su satisfacción. Los grupos que “Utilizo y considero satisfactorio” (54 alumnos) y “Utilizo y considero

muy satisfactorio” (8 alumnos) logran contener un número menor dentro del rango crítico (4 alumnos) y (1 alumno) sucesivamente; ahora bien, caso similar ocurre en los usuarios que “utilizan y consideran insatisfactorio”, el porcentaje de Inseguridad Grave en este caso es de 4.55% (1 alumno de 22). Tal información revela que incluso si el estudiante no está contento con el comedor, este logra asegurar que el número de alumnos dentro de este rango crítico no aumente.

Por consiguiente, el verdadero problema no es una falta de alimentos en este caso sino las condiciones de servicio, al no satisfacer completamente al estudiante el beneficio no genera el bienestar completo de un alumno que se percibe un mayor número dentro de los niveles de de Inseguridad Leve y Moderada, desencadenando una preocupación por que comerán mañana y disminuyendo sus cantidades diarias de alimentos. Esto se debe a que la concentración de atención en dos sedes del restaurante, las preferencias alimentares de los alumnos, la ubicación del mismo restaurante y el tiempo limitado de horarios que manejan los alumnos en estudiar y trabajar (estágio o trabajo formal), que son factores que llegan a interponerse para que mayor población estudiantil logre ubicarse constantemente en Seguridad Nutricional.

En relación a la condición del lugar de Moradia, la realidad habitacional en una ciudad fronteriza como lo es Foz de Iguazú añade una preocupación que llega a repercutir con las condiciones económicas de un estudiante. Al observar los datos, los estudiantes que residen en el “Alojamiento estudiantil” registra la tasa más baja de Seguridad Alimentaria apenas 1 alumno, y respecto al nivel de Inseguridad Grave corresponde a 7 alumnos. Cabe mencionar que, es la población menos densa al momento de realizar la encuesta, y que mayor parte de su población se encuentra en Inseguridad Moderada. Por consiguiente, el subsidio alojamiento cumple la función de proteger a los nuevos ingresantes y ser un soporte ante una nueva realidad de adaptación, además al ser provisoria ayuda a mitigar el impacto de esta transición vivencial. No significa que el alojamiento genere un grado de Inseguridad, ya que este deriva de diversos factores. Si seguimos los datos en contraste a esta realidad, los estudiantes que “no viven en el alojamiento pero tampoco pagan renta” muestran 0.00% de Inseguridad Grave, lo que respalda aún

lo mencionado con relación a las redes de apoyo fuera del ámbito universitario, siendo un soporte adicional que refuerza la permanencia estudiantil.

Finalmente la condición laboral de los estudiantes del ILAESP enmarca el último análisis sobre la estabilidad de los ingresos y su relación con el bienestar nutricional. Al observar los datos se constata que el 39.37% no “trabaja”, mientras que el 34.84% depende de un “remuneración ocasional”, al analizar esto con la Escala FIES se infiere que el desempleo coloca a los estudiantes a un grado de Inseguridad Grave 17.24%; sin embargo, contar con un empleo no garantiza la seguridad nutricional de un estudiante. Los alumnos que cuentan con un empleo fijo (60.00%: 12 de 20 alumnos) se ubican en un rango de Inseguridad Leve. Lo cual el análisis evidencia que, si bien el sector no experimenta una reducción en las cantidades o porciones de sus comidas diarias, la afiliación a un empleo formal no es suficiente para disipar la incertidumbre psicológica. Los estudiantes que tienen un trabajo a medio tiempo se preocupan por cómo mantener su alimentación al día de mañana, añadiendo una disminución de estos alimentos siendo el 67.56% (25 alumnos de 37).

Ahora bien, al realizar una comparativa entre los estudiantes que Sí reciben subsidios institucionales y aquellos alumnos que NO cuentan con ellos, se observa el verdadero impacto dentro de esta población. Debido a los datos analizados la mayoría de los alumnos en ambos grupos enfrentan algún grado de Inseguridad Leve y Moderada con un aproximado de 60% a 70% de su población. Con relación a los estudiantes que NO reciben auxilios, la vulnerabilidad se manifiesta con una preocupación psicológica sobre su futuro alimentario (I.A Leve, 42.1%) pero mantienen mejores condiciones de Seguridad Alimentaria en comparación al grupo que SI reciben, esto puede deberse a que los alumnos que NO cuentan con ayuda Institucional reciben cierto recursos o redes de apoyo externo que les permite mantenerse en mejores condiciones.

A diferente modo del grupo que NO recibe apoyo, la población que Sí se desplazada fuertemente en Inseguridad Moderada (45.6%) y la tasa más alta de Inseguridad Grave (16.7%). Esto puede deberse a que los alumnos que reciben apoyo institucional dependen mayormente de este beneficio para su permanencia universitaria, direccionando sus limitados recursos en la priorización de otros gastos

fijos como vivienda, dejando la alimentación en segundo plano. Con ello, se afirma y se refuerza que la cobertura de los auxilios institucionales no modifica la estructura socioeconómica del alumno, ni tampoco asegura un bienestar actual y a largo plazo, más sí ayuda a que no aumente el porcentaje de estudiantes en situación crítica de alimentación.

Estos subsidios institucionales funcionan como un salvavidas de emergencia que evita que aumente el grupo de alumnos en situación crítica padeciendo hambre, de hecho si existiera una ausencia o disminución del valor de los auxilios, la inseguridad grave podría aumentar en la población estudiantil. Pese a ello, los auxilios logran rescatar al alumno y moverlo ante una grado de Inseguridad no tan crítico pero aun así preocupante a largo plazo, a un nivel Moderado. Por lo tanto, la asistencia estudiantil cumple un rol importante para la permanencia, así como la transición hacia una Seguridad Alimentaria plena sigue siendo un desafío pendiente dentro de la Institución.

CONSIDERACIONES FINALES

Con el desarrollo de la investigación se cumplió con los objetivos establecidos, los cuales tuvieron como finalidad poder conocer y comparar mediante los grados de Inseguridad Alimentaria el impacto de la recepción de subsidios o la falta de ellos en el contexto de la permanencia estudiantil dentro del Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política (ILAESP) de la UNILA.

Mediante un enfoque cuantitativo, respaldado por la aplicación de la herramienta de Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES) de la FAO, se logró capturar un panorama de la realidad al momento de la realización de la investigación para el año 2025. Es fundamental precisar que el instrumento de recolección de datos (encuestas distribuidas) estuvo dirigido exclusivamente a los estudiantes activos de las distintas carreras de grado del Instituto, obteniendo 221 respuestas que reflejan la representatividad exacta de la población estudiada. Además, la variable de tiempo de permanencia o antigüedad del estudiante en la universidad dentro del cuestionario no se contempla, ya que se procura conocer el diagnóstico de la realidad sobre el fenómeno de vulnerabilidad al momento de aplicarse la pesquisa. No obstante, estos indicadores no son definitivos, ya que cada investigación no es estática, debido a que las condiciones de vulnerabilidad estudiantil están suspensas a las condiciones particulares de cada periodo académico.

Como punto de partida metodológica para conocer la evolución de las vulnerabilidades alimentares que estarían enfrentando los estudiantes dentro de la Institución, se tomó como referencia dentro del histórico de la Institución el estudio de TCC realizado por una estudiante de la UNILA en 2021 dentro de la carrera de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria (DRUSA). Si bien, no se busca hacer una comparación directa debido a las diferencias de magnitud en ambas muestras; llega a ser un referente ante la evolución del fenómeno, lo cual sirve como base histórica para conocer cómo se ha ido manifestando y transformando en el contexto universitario de la UNILA para el año de estudio en 2025. Mientras que en el registro histórico la vulnerabilidad se centraba en una dimensión psicológica de incertidumbre y preocupación por el sustento de sus alimentos diarios, en el

escenario actual de la presente pesquisa se evidencia un desplazamiento generalizado hacia limitación y restricciones severas en el consumo diario de sus insumos alimenticios disminuyendo en su calidad y cantidad, además de una presencia de alumnos en el rango de Inseguridad Grave, aunque represente un porcentaje menor en algunos casos, aún así evidencia la presencia de alumnos expuestos a periodos prolongados de ayuno involuntarios, lo que vulnera su bienestar.

Como se señala en los registros globales mencionados en el primer capítulo, la Inseguridad Moderada o Grave continúan siendo una problemática persistente y estructural en la población de América Latina y el Caribe. Los informes internacionales, basados en la aplicación de la metodología de la Escala FIES, demuestran que este fenómeno no se distribuye de manera homogénea, sino de forma desigual a lo largo de las distintas subregiones, señalando con mayor intensidad a los sectores históricamente vulnerables. Si bien la inseguridad alimentaria impacta a la sociedad en general, esta recae con mayor fuerza en grupos que ya viven en situación de pobreza o los que no cuentan con apoyo social, dejándolos en desventaja ante este fenómeno. En el ámbito universitario estas diferencias se reflejan directamente en la trayectoria de los estudiantes. Históricamente, el acceso a la universidad en América Latina se ha condicionado por severas desigualdades de clase aunque en las últimas décadas la implementación de políticas públicas de inclusión y becas ha permitido el ingreso de jóvenes de sectores vulnerables, estudiantes indígenas, rurales y migrantes, la cual la permanencia universitaria de estos grupos es amenazada por barreras económicas, llevándolos a una precariedad alimentaria.

En consecuencia, mediante el comportamiento de los datos podemos decir que la vulnerabilidad alimentaria dentro de los estudiantes de ILAESP de la UNILA no es un problema aislado, ni que dependa únicamente de un factor en específico. Tal como lo menciona Amartya Sen (2000), las personas que llegan a experimentar Inseguridad Alimentaria son aquellas que no logran ejercer control sobre los bienes necesarios para garantizar su subsistencia. Al observar cada una de las tablas, este análisis se refuerza, además de señalar un patrón recurrente dentro de todas ellas: gran parte de la población estudiantil se encuentra estancada en los niveles de

Inseguridad Leve y Moderada, manteniendo un porcentaje mayor en casi todos los grupos. Esto se traduce como una vivencia marcada por la angustia constante respecto a su futuro nutricional, además de una disminución en la cantidad y calidad de sus insumos.

Tal fenómeno está fuertemente vinculado a la incerteza en la continuidad de los beneficios y a la falta de apoyo por parte de sus países de origen, dejando toda la responsabilidad de la permanencia en las políticas de la universidad receptora.

Frente a este panorama se deduce que el acceso a los subsidios generales ayuda a crear un soporte en los estudiantes, destacándose el comedor universitario (RU) y la asignación de un cuarto momentáneo en el Alojamiento Universitario para los perfiles de mayor vulnerabilidad. Al sintetizar la relación entre estos servicios y los niveles de inseguridad alimentaria, el hecho de que los estudiantes que acumulan múltiples subsidios presenten un indicio de inseguridad no indica un fallo en la estructura Institucional, al contrario, demuestra la focalización de los programas de asistencia estudiantil. Este comportamiento de los datos responde a la inestabilidad habitacional y económica que atraviesa el estudiante al insertarse en un nuevo entorno. El Alojamiento y el RU funcionan como una trinchera de contención básica; sin embargo, ante la falta de ingresos constantes o empleo formal, cualquier fluctuación en la rutina académica o en el calendario de atención universitaria impacta de manera directa e inmediata en su estabilidad alimentaria. Además, el hecho de que los estudiantes que acumulan múltiples subsidios presenten un indicio de inseguridad no indica un fallo en la concesión del beneficio, sino la correcta focalización del programa a los que más necesitan.

Al interpretar estos resultados, es fundamental evitar asumir que la recepción de subsidios o la remuneración laboral generan por sí mismas inseguridad alimentaria. Para comprender este comportamiento de los datos, se resalta que la focalización de los programas de asistencia estudiantil priorizan a los estudiantes que ingresan con las mayores condiciones de vulnerabilidad previa. Para este grupo, los apoyos económicos individuales resultan insuficientes ante el elevado costo de vida. En contraste, los estudiantes que no acceden a auxilios o no trabajan suelen contar con un piso de estabilidad o respaldo económico familiar previo que les otorga una mayor seguridad alimentaria. Así mismo, la alta prevalencia de la

población estudiantil en una constante vivencia de miedo, incertidumbre y ansiedad respecto al acceso futuro a los alimentos está directamente vinculada a la falta de certeza con la continuidad de los beneficios institucionales. Lo cual, esta situación expone una desprotección por parte de los países de origen de los estudiantes internacionales no aportan recursos, becas o convenios adicionales de sostenimiento, dejando toda la responsabilidad de la permanencia y la protección social sobre las políticas de la universidad receptora.

De ese modo, para comprender cómo romper los ciclos generacionales de pobreza en este contexto, es vital atender la singularidad del perfil universitario de la UNILA. Este público está caracterizado por su condición de estudiantes migrantes y temporales, factores que incrementan su vulnerabilidad al alejarlos de su principal red de apoyo familiar y, además de una limitación o falta de recepción de subsidios institucionales. De este modo, los datos demuestran que este segmento continúa inserto en una profunda realidad de desigualdad; lo cual, evidencia la fragilidad de la política de educación superior para reducir por sí sola la desigualdad histórica en América Latina. La política educativa no logra dar cuenta de este problema de forma aislada, pues las políticas aplicadas por el instituto que buscan el bienestar social en la región son aún insuficientes. Para transformar esta realidad se requiere complementar una articulación de políticas públicas que contemplen garantizar la superación de desigualdades que abarquen condiciones como vivienda, salud, empleo y protección social garantizando una permanencia digna.

Ante esta realidad, se sugiere una investigación a futuro que profundice la situación familiar del estudiante mediante un enfoque cualitativo, para conocer, por ejemplo, cuántas personas dependen de la ayuda económica que recibe. Lo cual, sería una base para comprender por qué los subsidios individuales no están logrando asegurar la estabilidad alimentaria de un estudiante. Además, se sugiere la realización de una fase cualitativa (entrevistas semiestructuradas a grupos focales) que permita profundizar las experiencias vivenciales de los alumnos. Debido a que este trabajo ofrece un enfoque momentáneo durante la aplicación de la encuesta, de modo cuantitativo y transversal. Un enfoque cualitativo ayudaría a comprender las estrategias que aplican los alumnos en su vida cotidiana al conocer sus opiniones sobre la gestión de los subsidios y contextualización de los factores

sociodemográficos por estudiante que condicionan el uso de sus recursos económicos.

Por último, mediante esta investigación se plantea la necesidad de un reforzamiento de enfoque en la permanencia estudiantil. Donde se logre implementar nuevas estrategias, más allá de apoyos económicos sino también a redes de soberanía alimentaria dentro del Instituto, como el fortalecimiento del restaurante Universitario, mediante la ampliación de sus sedes y mejorar la variedad del menú diario (incluyendo aspectos culturales); lo cual, mejora la permanencia integral de los estudiantes en la universidad. Además es fundamental comprender que la democratización del acceso a la universidad pública no concluye con la obtención de una vacante. La permanencia efectiva exige la creación de condiciones necesarias para que el estudiante pueda culminar su trayectoria académica con dignidad. Desde este punto la seguridad alimentaria deja de ser una demanda individual y se establece como una dimensión estructural de la política de permanencia universitaria, indispensable para mitigar las desigualdades de clase que atraviesan el entorno académico.

En el plano profesional, el desarrollo de este trabajo refuerza el valor de la formación recibida dentro del curso de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria (DRUSA), que me permitió comprender que la Inseguridad Alimentaria no debe observarse sólo como un dato aislado, sino que la superación de este fenómeno es un factor determinante en la permanencia estudiantil. Así, este trabajo no solo sintetiza un ciclo académico, sino que afianza mis capacidades profesionales para el diseño, evaluación e intervención en políticas públicas dedicadas a la seguridad alimentaria en diversos contextos de vulnerabilidad social.

REFERENCIAS

AGUALONGO QUELAL, Diana Elizabeth; GARCÉS ALENCASTRO, Alejandra Christina. *El nivel socioeconómico como factor de influencia en temas de salud y educación*. Revista Vínculos – ESPE, v. 5, n. 2, p. 19–27, 2020. Disponible en[<https://journal.espe.edu.ec/ojs/index.php/vinculos/article/view/1639/1312>]

BRASIL. Centro de Referência da Assistência Social. Acessar o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Brasília: Governo Federal, 2025. Disponível em[<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>]

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponible en: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm]

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010*. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 fev. 2010. Disponible en:[https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/emc%2064-2010&OpenDocument]

BRASIL. *Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponible en: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm]

BRASIL. *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponible en:[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm]

CALERO LEÓN, Carla Jeanneth. *Seguridad alimentaria en Ecuador desde un enfoque de acceso de alimentos*. Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO, 2012. Disponible en: [<https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/52065.pdf>]

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Antares, 1984. Disponible en:[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO__Josu%C3%A9_de_-_Geografia_da_Fome.pdf]

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. *Directrices Relativas a los SICIAV Nacionales: Antecedentes y principios*. FAO, 2000. Disponible en: [https://www.fao.org/4/x8346s/x8346s00.htm#P-1_0]

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. *Directrices voluntarias en apoyo de la realización progresiva*

del derecho a una alimentación adecuada en el contexto de la seguridad alimentaria nacional. Roma: FAO, 2004. Disponible en:
[<https://www.fao.org/4/y7937s/y7937s00.htm>]

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2024*. Roma: FAO, 2024. Disponible en:
[<https://openknowledge.fao.org/items/41715018-b135-4c8e-9aea-cd1778556b8b>]

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. *La medición de la inseguridad alimentaria mediante la Escala de Experiencia de Inseguridad Alimentaria (FIES)*. Roma: FAO, 2016. Disponible en:
[<https://www.fao.org/3/i7835es/l7835ES.pdf>]

FAO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. *Acerca de la prevalencia de la subalimentación (PoU)*. Roma: FAO, 2025. Disponible en:
[[https://www.fao.org/measuring-hunger/access-to-dietary-energy/about-the-prevalence-of-undernourishment-\(pou\)/es](https://www.fao.org/measuring-hunger/access-to-dietary-energy/about-the-prevalence-of-undernourishment-(pou)/es)]

GONZÁLEZ-AGUILAR, Delia Guillermina; GÓMEZ-CRUZ, Zoila; LANDEROS-RAMÍREZ, Patricia; MORALES-ÁNGEL, Kenya Regina; CAMPOS-BRAVO, Carlos Alberto. *Seguridad alimentaria en los hogares desde la perspectiva de una población universitaria*. e-CUCBA, Zapopan, Jalisco (México). ene-jun. 2021. Disponible en:
[<http://e-cucba.cucba.udg.mx/index.php/e-Cucba/article/view/185>]

JORNAL GAZETA DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu entra no ranking das 10 cidades mais caras do Brasil para viver. Foz do Iguaçu: Gdia, 2025. Disponible en:
[<https://gdia.com.br/noticia/113/foz-do-iguacu-entra-no-ranking-das-10-cidades-mais-caras-do-brasil-para-viver>]

MALUF, Renato Sérgio. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. Cap. 3, p. 115–122. Disponible en:
[https://es.scribd.com/document/878553606/Maluf-2007-Seguranca-Alimentar-e-Nutricional?doc_id=878553606&download=true&order=671520013]

MAZÓN-ALMORA, E. *Índice de seguridad alimentaria en estudiantes universitarios*. Universidad Autónoma de Santo Domingo. Revista Científica de Investigación Social, v. 7, n. 1, p. 82–94, 2019. Disponible en:
[<https://www.redalyc.org/journal/6378/637869483005/637869483005.pdf>]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES*. Brasília: MEC, 2024. Disponible en:[<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnaes>]

NATIVIDADE, Evelyn. *Indicadores de (In)seguridad Alimentaria y Nutricional: Estudio de Caso de los Estudiantes del Curso de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria de la Universidade Federal da Integração Latino-Americana (DRUSA/UNILA)*. Foz do Iguaçu: UNILA, 2021. Trabajo de Conclusión de Curso. Disponible en:

[<https://dspace.unila.edu.br/bitstreams/658d05fc-fa60-46f4-9067-034e426d29ad/download>]

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: ONU, 1948. Disponible en:[<https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>]

ONU. Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. Adoptado por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 16 de diciembre de 1966. Ratificado por Brasil en 1992. Disponible en:[<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/hunger/>]

UNILA. Historia da UNILA: institucionais e trajetória. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, publicado em 27 out. 2020, última modificação em 14 jun. 2022. Disponible en: [<https://portal.unila.edu.br/institucional/historia-unila>]

UNILA. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2025-2029*. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2024. Disponible en: [<https://portal.unila.edu.br/proplan/planejamento/pdi>]

SILVA, Ermes Medeiros da; MUROLO, Afrânio Carlos; SILVA, Elio Medeiros da. Estatística Aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponible en:[https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/estatisca_aplicada_edicao_0.pdf]

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA). Relatório de Dados Sistematizados por el CIRI 2025: indicadores de atendimento estudantil. Foz do Iguaçu, 2025. Comunicación personal recibida por correo electrónico, texto no publicado.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - FORMULÁRIO

Pesquisa sobre Insegurança Alimentar entre Estudantes de Graduação do ILAESP/UNILA

"Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa"

O objetivo da pesquisa é analisar a insegurança alimentar entre estudantes de graduação do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP/UNILA). O estudo busca compreender como a alimentação —e as dificuldades de acesso a ela— impacta a vida dos estudantes de graduação do ILAESP.

O questionário leva cerca de 10 minutos para ser preenchido. Sua participação é voluntária e você pode interromper a qualquer momento.

Os riscos da participação são mínimos, relacionados apenas a algum possível desconforto ao responder perguntas pessoais sobre alimentação. Dentre os benefícios, os resultados poderão contribuir para melhorar a compreensão sobre a realidade alimentar e apoiar políticas de permanência estudantil.

As respostas são anônimas e usadas apenas para fins acadêmicos, sem identificação pessoal.

Se você desejar, poderá também participar de uma entrevista complementar, que será combinada de acordo com sua disponibilidade!

* Indica que la pregunta es obligatoria

- De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), suas informações serão utilizadas apenas para fins acadêmicos, de forma anônima e sem qualquer identificação pessoal. *

Ao prosseguir, você declara estar ciente, concorda em participar da pesquisa ?

Marca solo un óvalo.

- ☐ Sim, concordo em participar.
- ☐ Não, não concordo (o formulário será encerrado).

CARACTERÍSTICAS

Nesta seção, queremos saber como é seu vínculo com a Unila e o acesso a auxílios estudantis.

- 1.- Em que ano você ingressou na UNILA? *

3. 2.- Qual a sua idade em anos completos? *

4. 3.- Qual é o seu gênero? *

Marca solo un óvalo.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer
- ☐ Não binário
- ☐ Otro:

5. 4.- Qual é a sua cor ou raça? *

Marca solo un óvalo.

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Amarela
- ☐ Parda
- ☐ Indígena
- ☐ Otro:

6. 5.- Qual é a sua nacionalidade? *

7. 6.- Que curso você está fazendo na Unila? *

⌵ Dropdown

Marca solo un óvalo.

- ☐ Administração Pública e Políticas Públicas
- ☐ Ciências Econômicas
- ☐ Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar
- ☐ Filosofia - Bacharelado
- ☐ Serviço Social
- ☐ Ciência Política e Sociologia
- ☐ Relações Internacionais e Integração

8. 7.- Onde você está morando atualmente? *

Marca solo un óvalo.

- ☐ Residência estudantil da UNILA
- ☐ Aluguel integral (sem dividir o valor com outras pessoas)
- ☐ Aluguel com o valor dividido com outras pessoas
- ☐ Não moro na residência estudantil, mas também não gasto com aluguel
- ☐ Outro:

9. 8.- Você está trabalhando atualmente? *

⌵ Dropdown

Marca solo un óvalo.

- ☐ Trabalho ocasional, quando surgem oportunidades
- ☐ Trabalho fixo em um turno do dia (manhã ou tarde ou noite)
- ☐ Trabalho fixo em dois turnos do dia
- ☐ Não trabalho

10. 9.- Você recebe subsídios estudantis ou de programas sociais do governo brasileiro? Quais? *

Marca solo un óvalo por fila.

	Não recebo	Recebo	Já recebi e não recebo mais
Auxílio alimentação da Unila (R\$)	☐	☐	☐
Auxílio alimentação da Unila + R.U	☐	☐	☐
Restaurante Universitário (RU)	☐	☐	☐
Auxílio moradia da Unila	☐	☐	☐
Bolsa Família / Auxílio Brasil	☐	☐	☐

11. 10.- Se você não recebe atualmente nenhum auxílio por parte da universidade ou dos programas sociais por parte do governo brasileiro, qual é o principal motivo?

Dropdown

Se você marcou "Sim, recebo alguma ajuda" na pergunta anterior ; você pode seguir para a próxima pergunta.

Marca solo un óvalo.

- ☐ Nunca tentei solicitar
- ☐ Tentei solicitar, mas não fui aprovado
- ☐ Não conhecia bem o processo de inscrição
- ☐ Não me encaixei nos critérios socioeconômicos exigidos
- ☐ Faltaram documentos ou tive dificuldades burocráticas

NUTRIÇÃO DIÁRIA

Nesta seção queremos conhecer seus hábitos diários de alimentação, como número de refeições, qualidade da dieta e locais onde costuma se alimentar.

12. 11.- Das três refeições principais (café da manhã, almoço e jantar), quantas você come por dia? E quais alimentos você mais consome nessas refeições?

Marque apenas uma opção. "Por exemplo: se você só consegue comer duas das três refeições diárias (café da manhã e almoço), selecione a opção "2 refeições". Em seguida, selecione os tipos de alimentos que você consome nessas refeições."

Marca solo un óvalo por fila.

	Faço 1 refeição ao dia	Faço 2 refeições ao dia	Faço 3 refeições ao dia	Faço mais 4 refeições ao dia
Alimentação com mais alimentos industrializados, como fast food, refrigerante, salgadinhos,etc..	☐	☐	☐	☐
Alimentação com boa variedade de frutas, verduras e proteínas.	☐	☐	☐	☐
Alimentação misturada (industrializados e alimentos saudáveis)	☐	☐	☐	☐
Comida insuficiente / poucas opções	☐	☐	☐	☐

13. 12.- Onde você costuma fazer suas refeições com mais frequência? *

Marca solo un óvalo.

- ☐ Restaurante Universitário (RU)
- ☐ Em casa (cozinheiro ou compartilho a cozinha)
- ☐ Restaurantes/ Marmitaria fora da universidade
- ☐ Otro: _____

RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO (RU)

Aqui vamos perguntar sobre o uso e a importância do Restaurante Universitário (RU) na sua alimentação

14. 13.- Você utiliza o Restaurante Universitário (RU)? *

Se sim, como avalia sua qualidade, preço e contribuição para sua alimentação diária?

Marca solo un óvalo.

- ☐ Não utilizo o RU
- ☐ Utilizo e considero muito insatisfatório
- ☐ Utilizo e considero insatisfatório
- ☐ Utilizo e considero neutro
- ☐ Utilizo e considero satisfatório
- ☐ Utilizo e considero muito satisfatório

15. 14.- Qual o principal motivo para não utilizar o RU?

Se você marcou "não" na pergunta anterior, responda. Caso contrário, pule para a próxima pergunta.

Marca solo un óvalo.

- ☐ Distância / Não é perto do meu campus.
- ☐ Não se encaixa no meu horário de aula.
- ☐ Preferência alimentar / restrições
- ☐ Custo ainda alto
- ☐ Otro:

Permanência universitária

Nesta seção queremos entender de que forma questões econômicas, alimentares e institucionais influenciam sua permanência nos estudos.

16. 15.- As dificuldades econômicas e/ou alimentares têm afetado negativamente * a sua vida acadêmica?

Marca solo un óvalo.

- ☐ Não tem afetado.
- ☐ Tem afetado um pouco.
- ☐ Tem afetado muito.

17. 16.- Quais apoios você considera mais urgentes para melhorar a permanência * dos estudantes na UNILA?

Marca solo un óvalo.

- ☐ Auxílio financeiro (bolsas/subsídios)
- ☐ Alimentação (RU, auxílio alimentação)
- ☐ Moradia estudantil
- ☐ Apoio psicológico e de saúde
- ☐ Otro:
